

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALICE SCHMITZ

**A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM
ESTUDO A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO NÚCLEO DE
APOIO À FAMÍLIA - RODOVIÁRIO**

**FLORIANÓPOLIS
2009/2**

ALICE SCHMITZ

**A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM
ESTUDO A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO NÚCLEO DE
APOIO À FAMÍLIA - RODOVIÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Dra. Regina Célia Tamaso
Miotto

FLORIANÓPOLIS
2009/2

ALICE SCHMITZ

A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA - RODOVIÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Regina Célia Tamaso Miotto

1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a. Darlene de Moraes Silveira

2^a Examinadora

Leyla Corrêa Cristina Franzoni – Assistente Social

Florianópolis, dezembro de 2009

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

Livro dos Conselhos

A meus pais:
meus exemplos, meus amores. Quando
nos momentos de maior fragilidade
mostrarem-se presentes e fortes, fazendo
com que eu pudesse também me sentir
assim. Amo vocês.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me conduzir durante toda a caminhada da vida.

A meus avós Dilma e Fidele pelas palavras de incentivo, conforto e por serem meus tesouros, pessoas fundamentais para a concretização deste trabalho e exemplos de vida.

Minha avó Zenaide pela compreensão e carinho sempre depositado nas netas.

A minha irmã Fabiana, minha melhor amiga. Meu porto seguro. Quem muitas vezes me incentivou, me estimulou, e quem me faz perceber sempre que as dificuldades são vencidas quando enfrentadas com tranquilidade e sabedoria.

Ao meu amigo e namorado Bruno por toda contribuição para o processo de realização deste trabalho. Palavras são poucas para agradecer toda calma, dedicação, paciência e amor, dedicados a mim, principalmente neste momento.

As amigas de apartamento, Pâmella e Nicole por terem tornado-se extensão de minha família.

As amigas da vida, sempre presentes e fundamentais.

As amigas de faculdade, em especial Gi, Dani, Vivi, Lê, Camila, Karine, Jeane, Adri, Flavinha, Camile, Thayse, pelo companheirismo e amizade construídos durante o período acadêmico. Amizade sincera e para toda a vida.

A professora Regina por ter prontamente aceito a proposta do trabalho conduzindo a elaboração do mesmo com tanta maestria e dedicação.

Aos professores e funcionários do departamento de Serviço Social que nos acompanham desde a entrada na faculdade, pelas orientações e contribuições para a conclusão de mais essa etapa.

A banca examinadora por ter aceitado contribuir com o trabalho e com o meu desenvolvimento.

A equipe do NAF-R e todos os que por lá passaram durante estes quase dois anos de acolhimento, de amizade e companheirismo. Em especial à Leyla, pessoa que abriu as portas da Instituição e muito me ensinou, tornando-se uma amiga. Agradeço também aos usuários com quem muito aprendi.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho, que marca uma fase tão importante de minha vida.

SCHMITZ, Alice. **A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA - RODOVIÁRIO (NAF-R)**. 2009. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo a sistematização e discussão de dados referentes aos atendimentos e usuários do Projeto Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário (NAF-R), no período de janeiro a outubro de 2008, a partir da discussão da migração como expressão da Questão Social. Para tanto, parte do marco teórico conceitual de Paul Singer, o qual entende as desigualdades regionais como motor principal das migrações internas. Posteriormente, discute-se o processo migratório no contexto brasileiro, com enfoque em Santa Catarina, para em seguida tratar da política de Assistência Social Brasileira, apontando os marcos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referenciando o projeto do NAF-R, sua dinâmica institucional e usuários, neste contexto. Finalizando, apresenta a sistematização dos dados e os discute à luz do referencial teórico conceitual.

Palavras chave: Migração, Assistência Social, Serviço Social, Projeto NAF-R, Florianópolis.

SCHMITZ, Alice. **THE MIGRATION AS EXPRESSION OF SOCIAL QUESTION: A STUDY BASED ON THE ASSISTED POLULATION IN THE NUCLEUS PROJECT TO SUPPORT THE FAMILY – HIGHWAY (NAF-R)**. 2009. 91 f. Undergraduate Study Conclusion. Department of Social Service. Federal University of Santa Catarina, 2009.

ABSTRACT

The present study has the first goal to systematize and discuss the data related to the people that are attended and users of the Nucleus Project to Support the Family – Highway (“Projeto Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário”; NAF-R) from January/2008 to October/2008, based on the discussion of migration as expression to the Social Question. In this direction, part of the conceptual theoretic mark of Paul Singer, the one that attempted the regional differences as principal engine to the internal migrations, were employed. Thus, the migratory process in the Brazilian context is discussed, with the main focus in Santa Catarina state, and the posterior focus in the Brazilian Social Politics of Assistance, pointing to the landmarks of the Organic Law of Social Assistance (“Lei Orgânica da Assistência Social”; LOAS) and the Social Assistance Unique System (“Sistema Único de Assistência Social”; SUAS), referencing the NAF-R project, its institutional and users dynamics, in this context. Finally, it presents the systematization of data and discusses the light of the conceptual theory referential.

Keywords: Migration, Social Assistance, Social Service, NAF-R Project, Florianópolis.

LISTA DE SIGLAS

CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CIAPREVI	Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NAF-R	Núcleo de Apoio à Família Rodoviário
NOB	Norma Operacional Básica
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
POASF	Programa de Atendimento Sócio Familiar
PROADQ	Projeto de Apoio ao Dependente Químico
PSC	Prestação de Serviço a Comunidade
SAS	Secretaria Estadual de Assistência Social
SCAIFDS	Secretaria da Criança, Adolescente, Família, Idoso e Desenvolvimento Social
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SESAS	Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social
SHTDS	Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social
SM	Saldo Migratório
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Usuário atendido pelo NAF-R – Sexo.....	56
Gráfico 2 - Usuários atendidos pelo NAF-R – Faixa Etária.....	58
Gráfico 3 - Usuários atendidos pelo NAF-R – Procedência.....	60
Gráfico 4 - Usuários atendidos pelo NAF-R - Motivo Expresso para vinda a Florianópolis.....	61
Gráfico 5 - Usuários atendidos pelo NAF-R - Custeio do deslocamento para Florianópolis.....	63
Gráfico 6 - O atendimento no NAF-R - Acesso ao Serviço.....	65
Gráfico 7 - O atendimento no NAF-R - Recambiamentos por Estados.....	67
Gráfico 8 - O atendimento no NAF-R - Recambiamento por Região de Santa Catarina.....	68
Gráfico 9 - O atendimento no NAF-R - Atendimento e Recambiamentos Realizados no NAF- Rodoviário.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (1970-2000).....	31
---	----

INTRODUÇÃO.....	12
1 MIGRAÇÃO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO E OS FATORES QUE LEVAM A ESTE PROCESSO.....	15
1.1 PROCESSO MIGRATÓRIO: MARCO TEÓRICO CONCEITUAL.....	15
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNA: FATORES DE EXPULSÃO E FATORES DE ATRAÇÃO.....	17
1.3 PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	22
1.4 O PROCESSO MIGRATÓRIO EM SANTA CATARINA E A ATRAÇÃO POR FLORIANÓPOLIS.....	29
1.4.1 Panorama geral da ocupação do território catarinense por imigrantes.....	29
1.4.2 Quadro atual da migração interna em Santa Catarina.....	31
1.4.3 A cidade de Florianópolis e seus fatores de atração.....	36
2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E O NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA RODOVIÁRIO.....	39
2.1 BREVE RESGATE SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....	39
2.2 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	43
2.2.1 Núcleo de Apoio à Família Rodoviário: aspectos históricos.....	46
2.2.2 Núcleo de Apoio à Família: dinâmica institucional e o trabalho do Assistente Social.....	50
3 ESTUDO SOBRE O USUÁRIO DO NAF-R.....	55
3.1 PERFIL DO USUÁRIO DO NAF-R.....	56
3.2 O ATENDIMENTO NO NAF-R.....	64
3.3 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
APÊNDICES.....	86
ANEXOS.....	90

A inserção como estagiária no Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário, enquanto projeto da política de assistência social do município de Florianópolis, levantou inúmeros questionamentos relacionados tanto às demandas dos usuários atendidos, quanto ao alcance das ações profissionais no mesmo. Esta condição nos levou a indagar sobre o objeto de trabalho do Serviço Social do NAF-R, ou seja, que expressão da questão social direcionava as demandas para a instituição, considerando que de acordo com Iamamoto, o Serviço Social:

“[...] tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Questão Social apreendida como o *conjunto das* expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2007, p.27).

A concepção de questão social, enraizada na contradição capital versus trabalho, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente. Ou seja, os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

Durante o período de estágio não obrigatório e obrigatório, entre os anos de 2008 e 2009 no Núcleo de Apoio à Família - Rodoviário (NAF-R), foi possível observar a quantidade de usuários que se deslocam para a cidade de Florianópolis em busca de trabalho e de acesso a bens e serviços e, não encontrando o que desejavam, recorriam à política de assistência social ou à própria família, a fim de retornar para sua cidade de origem, ou então para onde contem com apoio. Esta questão levou-nos então, a procurar entender não apenas o trabalho do Serviço Social na Instituição e a natureza do projeto, mas especialmente a realidade de seus usuários. Neste processo de conhecimento, nos deparamos com a temática da migração como questão chave para compreendermos o contexto dentro do qual os usuários do NAF-R se inserem, além do papel do projeto nesse contexto. Sendo assim, neste trabalho, processo migratório é entendido como expressão da questão social, visto que de acordo com Rossini (1986, 578):

O modo de produção capitalista exige, para sua manutenção, a existência de excedentes de trabalhadores para a viabilização da expansão da produção. A mão-de-obra excedente existe no sentido de favorecer a reprodução do capital. Na realidade, a migração se constitui como um movimento “necessário” ao desenvolvimento capitalista. (ROSSINI 1986, p. 578).

Diante disso, o mesmo tem por objetivo sistematizar e discutir as informações referentes ao Núcleo de Apoio à Família e seus usuários no contexto dos processos migratórios. Para tanto, buscamos identificar o perfil dos usuários do NAF-R, caracterizar o processo de atendimento e estabelecer relações entre a realidade do NAF-R e de seus usuários, com o processo migratório em Santa Catarina e a Proteção Social.

Em relação à forma de organização, o trabalho encontra-se estruturado a partir de três seções. A primeira remete ao marco teórico da migração, embasado na obra de Singer (1998), trazendo conforme este, algumas considerações sobre a migração interna. Seguindo, esta apresenta a influência dos processos de urbanização e industrialização em relação ao processo migratório no Brasil. Esta seção também traz o quadro atual de migrações no Estado de Santa Catarina, conforme pesquisa realizada por Mito (2008), com enfoque na cidade de Florianópolis.

A segunda seção apresenta um breve resgate histórico a respeito da Política de Assistência Social, além da trajetória da assistência social no município de Florianópolis. Junto a estas e relacionado ao município, o projeto Núcleo de Apoio à Família Rodoviário é apresentado enfocando seu histórico, dinâmica e atuação do Serviço Social no mesmo.

A terceira seção conta com a apresentação da sistematização realizada com dados disponibilizados pela Instituição, durante o período de janeiro a outubro de 2008, a partir de informações obtidas durante a entrevista para solicitação de passagem com 1.702 usuários, que passaram por este projeto durante o período citado. Esta apresentação está dividida em dois blocos. Um retrata o perfil do usuário, e o outro o processo de atendimento realizado. Seguindo, são realizadas algumas discussões em relação às informações apresentadas, relacionando-as ao debate teórico. Finalmente, as considerações finais remetem à análise do processo de trabalho de conclusão de curso.

1 MIGRAÇÃO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO E OS FATORES QUE LEVAM A ESTE PROCESSO

Nesta seção, pretende-se localizar duas das principais vertentes que orientam os pensadores, que tratam do tema migração, adotando para a realização do trabalho a que mais se enquadra com os objetivos do mesmo, baseada fundamentalmente na obra de Paul Singer.

Diante disso, iremos identificar os fatores que impulsionam a saída das pessoas de seus locais de origem e o que as atrai até outras regiões, como poderá ser observado. Seguindo, iremos expor algumas particularidades do processo migratório no Brasil, Santa Catarina e na cidade de Florianópolis.

1.1 PROCESSO MIGRATÓRIO: MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

A demografia, a população e outros aspectos de um local ou região não são alterados apenas em função de taxa de natalidade ou mortalidade. O processo migratório é um grande contribuinte na modificação de determinadas áreas.

Estudado por diversas vertentes, o processo migratório é considerado e analisado de formas diferentes por seus estudiosos, sendo estes influenciados pelas diferentes matrizes que os guiam. Desta forma, podemos encontrar o tema migração, avaliado através de distintas abordagens.

É possível considerar que o resultado dessas diversas formas de analisar o fenômeno migratório, se dá pelo fato de o mesmo, nunca apresentar-se de forma homogênea. Sendo assim, este é tido como um fenômeno de diversas faces. De acordo com Silva (2007, p.57): “Assiste-se, nos últimos anos, a uma preocupação comum entre os pesquisadores de várias áreas das ciências humanas e sociais, em definir um escopo teórico e conceitual sobre a temática das migrações”.

Dentro das ciências sociais, os estudos do tema migração podem ser considerados relativamente recentes, porém, com grande avanço. Como afirma Mito (2008, p.20): “O debate teórico sobre a migração interna ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a escola neoclássica. O trabalho de Ravenstein (1885), intitulado “As Leis da Migração”, foi o principal ponto de partida para a discussão”.

As Leis de Ravenstein expõem como foco central, que os fatores econômicos são os principais impulsionadores para que ocorra a migração dentro do sistema capitalista. Esta obra contribuiu significativamente para a construção da discussão a respeito das migrações.

Nesse contexto se manifestam diferentes formas de compreender e interpretar o fenômeno. Dentre elas duas grandes vertentes se destacam: Neoclássica¹ e Marxista². Embora ambas relacionem o fenômeno da migração a questões econômicas, suas análises caminham em direção, pode-se dizer, opostas.

Para a vertente neoclássica, os processos migratórios não têm apenas manifestações demográficas, mas também econômicas, que envolvem mudanças espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, porém desconsidera as dimensões históricas da migração. Para os neoclássicos, as migrações são resultados de precipitações dos indivíduos, que promovem seu deslocamento de determinado local visando melhores condições de vida e junto a isso melhor remuneração.

Como explica Miotto (2008, p.21):

A corrente neoclássica sustenta que a migração é consequência de uma decisão individual, que ocorre a partir de uma análise custo/benefício, onde o migrante escolhe, por partir de um lugar se o local de destino apresentar um diferencial de salário/renda positivo, ou seja, se esse deslocamento aumentar seu bem-estar.

Para a vertente marxista, os processos migratórios são decorrentes de um processo social, em que grupos sociais deslocam-se em função de transformações estruturais. Singer (1998, p.52), um dos maiores expoentes desta vertente afirma que:

[...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.

No escopo dessa discussão, o autor atribui as desigualdades regionais como o motor principal das migrações internas, acompanhando a industrialização nos moldes capitalistas. Assim, como explica Alves (2006, p.22): “Na corrente marxista a origem dos fluxos é interpretada como o resultado de processos

¹ Como trabalho desta vertente temos Harris e Todaro (1980) e Sjaastad (1980).

² Como trabalho desta vertente temos Paul Singer (1980).

estruturais que se desenrolam nas áreas de origem e resultam em fatores de expulsão populacional, colocando um determinado grupo social em movimento”.

Tendo em vista esse cenário de interpretações sobre o processo migratório, neste trabalho optamos pela análise marxista, tendo o trabalho de Paul Singer como referência³. Assim este processo migratório deriva especialmente das desigualdades regionais, sustentando que o processo migratório acontece em decorrência de fatores de expulsão, e que os fatores de atração orientam estes determinados fluxos. No contexto da sociedade brasileira, marcada notoriamente pelas desigualdades regionais, o processo migratório se expressa através da dinâmica estabelecida entre fatores de expulsão e fatores de atração que orientam o fluxo migratório.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNA: FATORES DE EXPULSÃO E FATORES DE ATRAÇÃO

De acordo com a vertente marxista, o processo de migração interna é analisado como um fenômeno social historicamente condicionado ao saldo de transformações globais e decorrentes de desigualdades entre regiões.

Segundo Singer (1998), as desigualdades regionais são os principais motivos para a migração interna, pois a população que vive em áreas desfavorecidas participa do processo de acumulação capitalista, sem poder, no entanto se beneficiar com o resultado dessa acumulação. Por isso, essa população sofre ampliadamente com a ordem imposta pelo sistema capitalista.

Para o autor, os fatores de expulsão, determinam de que regiões partirão o fluxo migratório, afirmando que: “Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”. (SINGER, 1998, p.40).

Singer (1998) identifica os fatores de expulsão como sendo de dois tipos: de mudança e de estagnação. Os fatores de mudança:

[...] decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por

³ SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...]. (SINGER, 1998, p. 37).

Os fatores de estagnação:

Manifestam-se sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários [...] (ibid, 1998, p.37).

Cada um dos fatores de expulsão carrega consigo características que se diferenciam umas das outras. Os fatores de mudança estão contidos no processo de industrialização, ou seja, decorrem da introdução de relações de produção capitalistas em determinadas áreas. Isso pelo fato de atingirem o setor da agricultura, acarretando a este um aumento de sua produtividade em função da mudança de técnica, introdução de maquinário e modo de trabalho. Assim tem como conseqüência o esvaziamento da população desempregada destas regiões e reduz o número absoluto da população rural.

Os fatores de estagnação são provenientes de condições e técnicas rudimentares dos agricultores para ampliação da produtividade de suas terras e pela impossibilidade de divisão da terra. Neste caso, quem migra é em geral a população jovem, mantendo estagnado ou então crescendo minimamente o número da população.

As regiões que recebem um grande número de migrantes contam com fatores que direcionam a vinda dos mesmos. Estes são os chamados fatores de atração.

Entre os fatores de atração de uma determinada região, considera-se, segundo Singer (1998), como o mais importante, a demanda por força de trabalho. Demanda esta, gerada não somente por indústrias e empresas, mas também pelo setor público e trabalhadores autônomos.

Em relação ao número de migrações geradas pelo fator atrativo demanda por força de trabalho, é preciso analisar se esta demanda, ao chegar a seu local de destino é totalmente absorvida pelo mercado de trabalho. Caso contrário, esses migrantes passam a integrar o exército de mão de obra reserva, gerado pelo capitalismo e fundamental para sua manutenção.

Além disso, essa condição de não absorvido pelo mercado formal de trabalho, é um grande trampolim para a entrada destes trabalhadores na informalidade do exercício profissional e conseqüentemente para a flexibilidade das relações de trabalho.

Diante disso, Singer (1998, p. 41) expõe que:

A questão que se coloca é saber se o fato de numerosos migrantes não serem absorvidos pelo mercado de trabalho se explica pela sua inferioridade econômica ou desajustamento face às condições requeridas pela economia industrial, ou se os fluxos migratórios suscitados pela industrialização capitalista tendem inerentemente a produzir, nas áreas urbanas, uma oferta de força de trabalho superior à demanda.

A flexibilidade das relações de trabalho surge, no contexto do capital, como medida de redução de custos, deixando a mercê, os direitos trabalhistas e previdenciários, sendo oferecidos contratos e condições de trabalho de baixo custo. Esta flexibilização das relações entre capital e trabalho, leva ao subemprego, ao trabalho temporário, terceirizado, entre outras formas precárias de exercício.

Em alguns casos, os migrantes atraídos encontram barreiras diante do mercado de trabalho e das oportunidades oferecidas. Isso pelo fato de nem sempre o mesmo estar capacitado para a função requerida. Segundo Singer (1998, p.41): “Não é incomum, por exemplo, que migrantes já cheguem endividados, sendo obrigados a trabalhar durante certos períodos por baixo salário para pagar os custos da viagem”.

Os migrantes que se deslocam de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida, emprego, entre outros, em muitos casos ficam a margem de uma situação de vulnerabilidade ainda maior do que já se encontravam. Isso pode acontecer, segundo Singer (1998, p.41), pois:

Na verdade, a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho, que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas no meio urbano.

Portanto, para a breve e legal inserção desse migrante no mercado, é importante que o mesmo conte com qualificação de sua força de trabalho. Caso contrário, o trabalhador irá submeter-se como muitos, à entrada informal no Mundo do trabalho, sujeito a diversos tipos de exploração e ausência de garantia de direitos.

Também:

Há, naturalmente, uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e a “oportunidade econômica” que, em tese, a cidade industrial lhe oferece: de um lado, nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos: por outro lado, a insuficiência de recursos impede determinado número de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho. (ibid, p. 41)

Considera-se também, mesmo que com enfoque na migração de classes subalternas, a migração de pessoas com qualificação profissional e condições financeiras superiores a deste público analisado. Porém, na maior parte dos casos, estes migrantes rumam com objetivos diferentes. Ou seja, partem em busca de novos horizontes, ampliação de negócios e não somente em busca de seu sustento ou de sua família. Para Singer (1998, p.55):

Os migrantes da pequena burguesia não são como os trabalhadores, expulsos da área devido ao aniquilamento de seus meios de vida. Eles fogem da estagnação econômica e social, da falha de perspectiva de mobilidade social. Possuindo mais recursos e um horizonte cultural mais amplo, sua trajetória poderá levá-los de imediato a cidades maiores.

Nesse contexto, o migrante com determinado nível de instrução e qualificação profissional, adentra no mercado de trabalho através de vias formais e institucionalizadas, possibilitando ao migrante, um crescimento na estrutura ocupacional da sociedade a qual está inserido. (SOUZA, 1980).

Diante das dificuldades de encontrar emprego nos locais para onde se desloca, grande parte da população migrante de baixa renda, opta por ganhar a vida de qualquer modo. Assim, os migrantes se inserem em exercícios com longas jornadas de trabalho e baixa remuneração, expondo-se a riscos de vida, entre outros. Desta forma que os migrantes alocam-se em serviços de baixa qualificação e baixo retorno financeiro e, que conseqüentemente, também não exigem alto nível de escolaridade.

De acordo com Azevedo (1990, p.165):

O “setor informal” se caracteriza por um conjunto de indivíduos, que mesmo incorporados no mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, seja como patrões, seja como empregados. Tendo como característica comum a esses trabalhadores

pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, baixo nível de qualificação como profissional e situação pessoal materialmente precária.

Ao chegar ao local de destino, um fator importante para o processo de desenvolvimento do migrante é sua adaptação. Esta adaptação ocorre com frequência, a partir do auxílio e solidariedade de migrantes mais antigos.

Como explica Singer (1998), o lugar que este migrante irá ocupar inicialmente na sociedade já é predeterminado pelos relacionamentos sociais que o mesmo estabeleceu.

A estabilização do migrante, sua adaptação e as oportunidades que os mesmos encontram ao migrarem para regiões, que não são as suas de origem, são fatores determinantes para a permanência destes no local. Determinadas regiões são mais visadas pelos migrantes por contarem com fatores atrativos que se encaixam com sua perspectiva de vida. Dispostos a rumarem em busca de seus objetivos, muitos se deslocam desconhecendo a realidade do local para onde vão. Contudo, ao chegarem ao local escolhido, se deparam com condições adversas e contrárias ao esperado, recorrendo à mobilização de possíveis fontes que possam estar contribuindo para o enfrentamento de sua situação.

Diante disso, o apoio com que os migrantes podem contar, como: redes de solidariedade, apoio familiar, suporte de proteção social do município, entre outros, também contribuem para a permanência do mesmo, a fim de alcançar os objetivos pelo qual migrou. Em caso de inexistência de suporte, a maioria dos migrantes opta por retornar ao local de onde partiu, ou então seguir para outro destino, o qual acredita ser mais viável, ocasionando assim, o processo migratório de caráter circular, em que o indivíduo desloca-se de uma região para outra, de acordo com oportunidades momentâneas.

1.3 PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O processo migratório e, portanto as migrações internas estão vinculadas a processos como de urbanização, de industrialização, de organização econômica

dos espaços e fatores de expulsão e de atração de determinadas regiões, relacionando-se com as transformações sociais, econômicas e políticas.

No Brasil, o ano de 1808 é considerado como o ano do início da imigração em função da transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro facilitando a entrada dos imigrantes. (DIÉGUES, 1964). Isso não quer dizer que não houvesse estrangeiros no Brasil antes desta data, pois como se sabe, estrangeiros já habitavam terras brasileiras, desde seu descobrimento em 1500.

De acordo com Antongiovanni (2004), o processo migratório brasileiro apresenta duas grandes marcas: a colonização no país e a modernização do território. Com o período de colonização, que se inicia no século XVI, o Brasil recebeu europeus, como colonos; e negros africanos, como escravos, inicialmente utilizados na cultura da cana-de-açúcar. Nesta concepção, Singer (1998) acrescenta que no período colonial, o processo de urbanização foi condicionado pela localização e natureza dos recursos naturais e pela topografia das várias regiões, o que condicionou também, a rede de comunicações.

A autora considera ainda, que o processo migratório ocorrido no século XIX, foi decorrente de dois processos: um deles foi a expansão da fronteira econômica e o outro foi um processo gradativo de abolição da escravidão. Ambos convergiam para a decisão dos colonizadores em ampliar a participação de brancos europeus na formação da população brasileira. A partir desse momento, outros europeus - italianos, alemães, austríacos, húngaros, eslavos, sírios, libaneses, suíços - puderam vir ao Brasil. A ampliação da participação de imigrantes foi marcante para a dinâmica populacional do País com a abolição da escravatura.

No período de 1890 a 1920, passou a ser utilizado nas lavouras de café, não mais a mão-de-obra escrava, e sim dos imigrantes. Simultâneo a esta nova realidade, começou a se estimular, mesmo que sem uma organização legal e subordinada ainda às atividades cafeeiras, o processo de industrialização. Esta foi a mola propulsora do surgimento e evolução de diversos centros urbanos, tendo destaque a região do Sudeste e do Sul.

A formação de núcleos urbanos no Brasil ocorreu de forma distinta e com características próprias nas mais diversas regiões do país, considerando que os fatores condicionantes que levam à formação das indústrias, distinguem-se por particularidades de cada zona ou região. Segundo Diégues (1964, p.128):

A urbanização em áreas de imigração, como no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, ou no Paraná, surgiu grosso modo como decorrência do desenvolvimento de antigos núcleos rurais, colônias que se expandiam, dando margem à formação de cidades, facilitada, essa formação, pela diferenciação de atividades.

Nesse contexto, muda-se a feição das cidades brasileiras, tornando-as mais povoadas, à medida que se verificava a diminuição da população rural dedicada à agricultura e ao plantio de seu alimento.

O processo concreto de industrialização no Brasil ocorreu após a crise de 1929. De acordo com este fato, Patarra (2003, p.18) coloca que:

A revolução de 30 e seus efeitos sócio-políticos são fundamentais como viabilizadores do processo que concentrou espacialmente o desenvolvimento econômico, conferindo novos sentidos à regionalização subsequente ao mesmo tempo em que, generalizou, por todo Brasil, o processo de urbanização.

Esse processo é impulsionado na década de 30 e marca mudanças importantes tanto de cunho político, quanto de cunho econômico no Brasil. Nesse período, merece destaque a crise de 1929, que impactou profundamente a economia brasileira, que até então era dependente do mercado internacional e totalmente voltada para fora. Somado a estes, fortalece-se a produção industrial voltada ao mercado interno e assiste-se no campo da política os impactos da Revolução de 30.

Em relação à migração, os anos pós 30 indicam que a imigração européia sofre um esfriamento no Brasil, ampliando o número de migrações internas voltadas para os já citados centros urbanos em formação.

De acordo com Patarra (2003, p.18 apud MIOTO, 2008, p.27):

Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão de obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais relativamente reduzidos, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural.

Foi entre 1930 e 1945, governo do então Presidente Getúlio Vargas, que a indústria brasileira ganhou um grande impulso. O período de 30, de acordo com Patarra (2003, p.17): “pode ser caracterizado pela consolidação do processo de

industrialização iniciado [...] no final do século passado e início deste, em decorrência da dinamização do setor agro-exportador”.

Nesse período, a industrialização foi, segundo a mesma, de bens de consumo corrente, como: alimentos, tecido e bebida. Contudo, ainda no início da industrialização, a base da economia brasileira continuava sendo agro-exportadora. Neste contexto, Singer (1998, p.45) coloca que: “O processo de mudança tecnológica nos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países não desenvolvidos”.

Portanto, fica explícito que as migrações internas irão se desenvolver principalmente como resultado do avanço da mecanização na agricultura, do setor industrial e conseqüentemente da entrada do capitalismo em várias regiões do país.

As migrações internas são importantes fatores para a organização de uma sociedade. Conseqüentemente, estão estritamente ligadas aos processos de mudanças ocorridas nestes espaços. Para Singer (1998, p.29):

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas.

A partir dos anos 30, esse fenômeno passou a seguir duas vertentes: os deslocamentos para as fronteiras agrícolas e os deslocamentos para o sudeste. Estes deslocamentos ocorriam em função de nordestinos migrarem internamente para a região centro-oeste, norte e sudeste, em busca de melhores condições de vida, por causa das desigualdades e dificuldades encontradas nos estados de origem.

As migrações ocorriam em sua maioria, das zonas rurais para as cidades, onde as pessoas rumavam em busca de melhores condições de vida e emprego, contribuindo para que o Brasil se tornasse um país urbano diante das transformações ocorridas nos modos de produção.

Nestas condições é fácil entender que volume de migrações internas, provocado por mudanças estruturais ou espaciais da economia, é proporcionalmente muito maior nos países não desenvolvidos que estão se industrializando do que nos desenvolvidos. (SINGER, 1998, p.46).

Com o desenvolvimento do comércio e da indústria, houve um aumento populacional nas áreas urbanas, porém, continuando a área rural com um número mais acentuado de habitantes.

As décadas de 1940 e 1950 tiveram como característica principal, a relativa homogeneização das diferentes regiões do Brasil, quando relacionadas ao ritmo de crescimento de suas capitais. Fato que aconteceu em função do crescimento das capitais de estados predominantemente agrícolas e pelo decréscimo da ampliação das capitais consideradas pólos industriais. (PATARRA, 2003).

O segundo momento sinalizado por Antongiovanni, como grande marca do processo migratório brasileiro, foi a modernização do território e também, a partir da década de 50, o aumento de trocas comerciais e consumo de bens pela população. De acordo com a autora, é neste período que a urbanização e a migração interna iniciam seu processo de intensificação. Neste momento, o Brasil até então um país agrícola, passa a vivenciar uma acentuação do êxodo rural. Na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios. Conseqüência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra.

Cabe assinalar que é a partir dos anos 50, que o Brasil inicia uma nova fase, identificada pela internacionalização do mercado. Neste período, a industrialização passa a ser de bens intermediários e de bens de consumo duráveis, ou seja, indústria automobilística, eletrodomésticas, metalúrgicas, entre outros. O que proporcionou este novo padrão de acumulação foi a integração do território, que também foi fruto da integração comercial econômica e do mercado de trabalho. Esta nova fase, que dentre outras características, teve como principal, a identificação da concentração espacial da indústria no Sudeste do Brasil. (PATARRA, 2003)

De acordo com dados encontrados⁴ referentes ao êxodo rural da década, a região Nordeste ganha destaque pelo alto número de migrantes. Do número total de migrações rurais-urbanas realizadas na época, quase metade (47,6 %) era advinda desta região. Neste período também, aproximadamente 4 milhões de pessoas migram das áreas rurais para as urbanas da região Sudeste. Junto a estas, 20,6% da população da região Norte também faz o mesmo tipo de migração. Já a

⁴ PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro 2003.

região Sul conta com o número de 18,8% no início da década. Esta disparidade de percentual da região Sul para com as outras, acontece, segundo Patarra (2003), em função de nesta época, mesmo com algumas regiões do Rio Grande do Sul expulsando população para as cidades, outras, como o Oeste catarinense e sudoeste do Paraná, estavam recebendo uma nova parcela de população proveniente principalmente do Alto Uruguai gaúcho.

Conforme Baeninger (2002, p.2):

Embora os movimentos migratórios rural-urbano fossem a principal força redistributiva da população, principalmente nos anos 50 e 60, o panorama dos movimentos migratórios no Brasil foi se ampliando a partir de então, até mesmo pela nova etapa de desenvolvimento econômico que o País viria assistir.

De acordo com Matos (2002), dados demográficos da década de 60 já apontavam a população migrante como principal ator do processo de expansão urbano brasileiro. Corroborando com Matos (2002), Oliveira (2007), aponta que desde os anos de 1960, a população urbana já era maior que a população rural. Porém, comparado com os números dos anos de 1940 e 1950, a taxa de crescimento da migração interna sofreu uma leve redução no país.

O ano de 1960 ficou marcado pela forte corrente de emigração da região Sudeste rural. A partir de 1965, o crescimento demográfico atrelado à modernização dos setores produtivos acelerou ainda mais este tipo de movimento migratório.

Durante a década de 1970, a industrialização continuou a emergir no País, mesmo passando por alguns contratempos econômicos e momentos de estagnação. Com o avanço dos processos de urbanização e industrialização, um volume expressivo de pessoas que até então residiam em áreas rurais e também em áreas menos desenvolvidas, passaram a migrar para pólos industrializados. Segundo Mito (2008, p.28): “O período de 1950 a 1980 foi caracterizado, portanto, por uma forte desruralização da população brasileira, com destaque para o fluxo saído do Nordeste em direção à região Sudeste”.

A migração de áreas menos desenvolvidas, em especial áreas rurais, para pólos industrializados teve, de acordo com Patarra (2003), seu momento principal na década de 70, devido à modernização do maquinário no setor agrícola, atingindo o número de 15,6 milhões de pessoas.

Desse modo, com parte considerável da mão-de-obra substituída por máquinas e tecnologias adentradas no campo, muitas famílias e até mesmo membros isolados dela, migraram em busca de melhores condições de vida, impulsionados pelos fatores de expulsão.

Mudanças significativas no processo migratório e na economia nacional também aconteceram a partir da década de 80. A disparidade entre regiões rurais e urbanas ampliou de forma significativa, mesmo em locais onde a atividade agrícola ainda era dominante. Na economia, o país iniciou um processo de reordenamento econômico, através do projeto neoliberal⁵. Este acarretou graves conseqüências para estrutura de produção, em função da brusca abertura para o setor econômico e também em função da falta de estrutura e preparo de vários setores de produção, em relação à entrada no mercado internacional.

Além disso, é nessa época de transformação econômica e instauração do projeto neoliberal que o País se consolida como um país urbanizado. No contexto da migração, a década foi contemplada por grandes mudanças de fluxo, volume e características do processo migratório. Ou seja, a movimentação intra-regional, quando referente às grandes regiões passa a se diversificar. A redução de migração interestadual orienta novos destinos para migração, destacando a predominância no processo migratório de curta distância, permitindo novos significados aos conceitos de migrante, áreas de origem e destino e também áreas de expulsão e atração, entre outros. (BAENINGER, 2002).

Baeninger (2002,p,5), ainda coloca que: “[...] no final dos anos 80 para o início dos 90 apontaram mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira”. Nos anos de 1990, o Brasil com sua economia ainda desestabilizada buscava recuperação, sendo o crescimento econômico do país considerado modesto. Junto a isso, ainda colhe-se os frutos das mudanças impostas pelo projeto neoliberal que impulsiona o aumento da pobreza urbana.

A migração atrai, para as áreas urbanas, uma população pouco qualificada e que dificilmente poderia ser enquadrada dentro das exigências para determinados trabalhos. Para isso, Singer (1998, p.41) coloca que:

⁵ “O projeto neoliberal é a expressão dessa reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970 [...]”. (FIORI, apud SOARES, 2003).

Há, naturalmente, uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e a “oportunidade econômica” que, em tese, a cidade industrial lhe oferece: de um lado, nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos: por outro lado, a insuficiência de recursos impede determinado número de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho.

Além disso, o início dos anos 90 apresentou mudanças bastante consideráveis em relação ao processo de distribuição espacial. A diminuição dos deslocamentos de grandes distâncias e a manutenção de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, como regiões de absorção do fluxo de longa distância são alguns deles (BAENINGER, 2002). Hoje, mesmo com o grande número de migrantes ainda saídos de áreas rurais para as urbanas, é consideravelmente alto, o fluxo de migrações internas que ocorrem de cidade para cidade.

O século XXI é marcado pela redução do volume de migrações no Brasil. Porém, se algumas regiões deixaram de atrair de forma acelerada uma grande quantidade de migrantes, outras, deixaram de ter um decréscimo populacional. Segundo Singer (1998, p.81): “A mecânica das migrações ainda está longe de ser bem conhecida, mas sabe-se que há uma interação entre migrantes antigos e novos, que assegura a continuidade e a expansão dos fluxos migratórios e que lhes confere certo ritmo”. Concluindo, a migração não deixou de acontecer de forma considerável no país, sendo a região Sul, uma das que mais atrai a população migrante para seu território.

O histórico da modernização e industrialização são questões importantes a serem analisadas. Isso pelo fato, que além de atividades industriais, elas proporcionam uma aglomeração de serviços e pessoas. Originário desta aglomeração foi o processo de urbanização, capaz de estabelecer novas relações entre campo e cidade. Além destas, a industrialização proporciona uma alteração na divisão social do trabalho, exigindo uma especialização nas atividades exercidas. (MIOTO, 2008).

A redução no número de crescimento urbano nas últimas décadas, diferentemente de anos anteriores, está relacionado ao expansivo, acelerado e desordenado crescimento urbano que, mesmo capaz de comportar em seu início a

maior parte da população migrante, tem nos últimos anos se deparado com um alto número de desemprego, favelização, entre outros.

Para Singer (1998, p.119):

O crescimento acelerado das metrópoles em países não desenvolvidos acentuou e tornou mais perceptível uma série de desequilíbrios, principalmente entre procura e oferta de habitações e serviços urbanos, que compõem uma problemática urbana específica.

Diante do exposto e atrelado à industrialização, modernização e urbanização é gerado o acúmulo de capital destinado aos detentores dos meios de produção, ocasionando e reproduzindo as desigualdades regionais. Desigualdades estas, que de acordo com Singer (1998), podem ser considerados como o motor principal da migração interna.

1.4 O PROCESSO MIGRATÓRIO EM SANTA CATARINA E A ATRAÇÃO POR FLORIANÓPOLIS

1.4.1 Panorama geral da ocupação do território catarinense por imigrantes

A região catarinense está situada em áreas litorâneas do País, tal região é explorada por diversas expedições desde o século XVI. No entanto, somente um século depois é que se firmam atividades de colonização na região⁶, a partir da formação de povoados como os de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco e Nossa Senhora do Desterro que mais tarde, em decorrência de diversos fatos históricos será chamada de Florianópolis.

Ainda no século XVI e em função da veemente exploração da região do Rio da Prata, alguns pontos de parada como São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna já eram conhecidos pelos navegadores. (MIOTO, 2008).

Segundo Silva (2004, p.40 apud MIOTO, 2008, p.33):

As povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, foram as bases para a conquista portuguesa do Sul. (...) Havia uma

⁶ Não se desconsidera aqui a população local indígena que habitava estas regiões. De acordo com Santos (2004) eram as tribos Carijós, Xoklengs e Kaingang.

nítida preocupação de firmar posições no litoral Sul para garantir o acesso ao Rio da Prata.

Visando ampliar e desenvolver a colonização na região sul do Brasil, Portugal passa a incentivar a ida de Açorianos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo assim, são estes que firmam as bases do povoamento e exploração das terras, principalmente nestas regiões litorâneas. Segundo Santos (1974, p.58): “Por decisão do Conselho Ultramarino, Portugal em 1746 resolveu promover a imigração de açorianos para a ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande”.

Com tanta exploração litorânea, o planalto catarinense é pouco visado. Entretanto, em Lages é onde acontecem as passagens das tropas de mula, que realizam os trajetos entre o Sul, São Paulo e Minas Gerais. A região Serrana foi colonizada após fazer parte da economia pecuária.

Além dos Açorianos, Santa Catarina recebe uma grande quantidade de imigrantes alemães, italianos, entre outros, que se estabelecem nas colônias do Vale do Itajaí. Esta ocupação aconteceu no período do II Reinado e República Velha em função do incentivo à política de imigração.

Os imigrantes, que se organizavam em pequenas propriedades produtivas e familiares, ganham espaço e expandem a ocupação do território. Os mesmos rumam em direção ao planalto catarinense e avançam para o oeste iniciando um processo de modificação em seus meios de subsistência. Estes lançam o suporte de uma economia rural e urbana diferenciada que transformará gradativamente a agroindústria catarinense em uma das mais avançadas do país.

Entretanto, as áreas litorâneas foram as que mais atraíram os imigrantes em sua chegada e são também, as que estabelecem contato com a grande parcela da população que migra internamente. Principalmente em temporadas de veraneio, pelos que rumam em busca de emprego.

1.4.2 Quadro atual da migração interna em Santa Catarina

É possível observar, de acordo com Miotto (2008), que a partir da segunda metade do século XX o Estado de Santa Catarina tem vivenciado um declínio no nível de crescimento populacional, porém não há a estagnação do processo de urbanização. Isso acontece em função da maciça migração rural-urbana que tende a provocar uma aglomeração espacial da população em determinadas localidades.

Essa afirmação da autora se confirma através de dados coletados e organizados pela mesma, a partir dos Censos Demográficos e Contagem da População realizados pelo IBGE no ano de 2007⁷ encontrados no quadro abaixo.

Quadro 1 – População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (1970-2000)

População Residente	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.863
Grau de Urbanização	42,98%	59,37%	70,64%	78,72%
Taxas de Crescimento	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
Urbana	5,62	3,69	3,09	-
Rural	-1,15	-0,91	-1,73	-
Total	2,26	2,06	1,85	1,31

Fonte: elaborado por Miotto (2008) a partir dos dados dos Censos Demográficos e Contagem da População 2007 – IBGE

Através do quadro pode-se perceber que o grau de urbanização cresce no Estado consideravelmente desde os anos 1970 até o ano de 2000. Este crescimento aponta para uma forte desruralização da população ocasionada pelo processo de industrialização do Estado. De acordo com a autora, as taxas negativas de crescimento populacional do meio rural, localizadas no quadro, podem ser explicadas também a partir deste mesmo processo.

Durante e até mesmo depois desse período, o nível populacional de áreas urbanas do Estado não deixou de crescer. Liderando este crescimento, encontramos prioritariamente as regiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte do Estado. Ou seja, regiões litorâneas e desenvolvidas que acabam por atrair um maior número de migrantes.

Miotto (2008,p.53) também coloca que:

⁷ MIOTTO, Beatriz Tamasso. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**. Florianópolis, 2008.

[...] pode-se dizer que o processo dinâmico que configurou a distribuição da população catarinense pelo território apresentou várias facetas. Parte delas está ligada à diminuição do ritmo de crescimento da população, à desruralização/urbanização do estado, aos fluxos migratórios externos e à concentração espacial da população. Neste sentido, surgiram novas especialidades como, por exemplo, o processo de metropolização da região da Grande Florianópolis e a consolidação dos aglomerados urbanos de Joinville, Blumenau e Itajaí.

Analisando a distribuição espacial no Estado, fica claro que algumas regiões concentram maior número de população que outras. Um dos principais determinantes desta concentração é a migração interna, que reflete em seu processo as desigualdades regionais principalmente, entre campo e cidade. (MIOTO, 2008).

Visando melhor compreensão do processo migratório em Santa Catarina, Miotto realizou em seu trabalho a mensuração⁸ da migração interna no estado, tendo como foco os volumes das mesmas no período de 2000-2007. Para melhor organização, agrupou as 293 cidades do estado de Santa Catarina em seis grandes regiões e adotou como unidades espaciais analíticas, as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), trazendo dados particulares das cidades que as compõem. A organização dos dados em SDR's⁹ processou-se baseada em dados disponíveis de cada município.

Pode-se dizer que, quando o saldo migratório (SM) de determinado município é positivo, o número de migrantes que entrou e permaneceu no mesmo é maior do que o número de migrantes saídos destes. O contrário acontece com saldos migratórios negativos. A autora ainda ressalta que é preciso considerar que SM nulos não significam necessariamente situação estática da população, mas sim um resultado líquido que não altera o crescimento populacional no período.

Conforme dados organizados por Miotto (2008), a respeito de saldos migratórios de SDR's retirados dos censos demográficos, contagem da população e

⁸ O cálculo utilizado para determinar os saldos migratórios no mesmo trabalho, concretizou-se a partir dos Saldos Migratórios, Saldo Populacional nos períodos ente 2000 e 2007 e taxa de mortalidade registrada.

⁹ A autora coloca que as SDR's utilizadas por ela no trabalho, estão organizadas de acordo com as que estavam disponíveis no sítio do Governo do Estado de Santa Catarina, utilizando como referência de agrupamento das SDR's as seis mesorregiões, ou seja, subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, estabelecidas pelo IBGE. Além disso, os 293 municípios estão agrupados em 36 SDR's, de acordo com a divulgação no site www.sc.gov.br (MIOTO, 2008).

estatísticas do registro civil do IBGE no período de 2000 a 2007, o Oeste do estado comporta o saldo negativo de migração de menos 46.057. Esta é uma das regiões que mais impulsiona a expulsão da população de seu território.

Ainda, segundo a mesma em sua pesquisa, de todas as SDR's da região Oeste, a única com saldo migratório positivo é a de Chapecó. Isto pelo fato de sua economia estar ligada ao setor agroindustrial e também pela variedade de serviços e comércio que atende toda a região. Esta ainda comporta empresas como Sadia, Perdigão, entre outras que estão entre as maiores do eixo alimentício.

Contudo, conforme Miotto (1998. p.58):

Como tendência principal das migrações do Oeste catarinense, apresenta-se a perda populacional generalizada. Ademais da saída da população dos pequenos municípios percebe-se também uma incapacidade dos pólos sub-regionais absorverem a maior parte dos migrantes. Dessa forma, configuram-se um forte movimento com migrações de maior distância, principalmente em direção ao litoral do estado.

Seguindo a região Oeste, a Serrana também pode ser verificada como região expulsora de sua população. Isto se confirma na mesma pesquisa que aponta como dados de saldo migratório o número de menos 24.412, conforme as SDR's. Dentre estas SDR's estão a de Campos Novos (-5.167), Curitibanos (-3.906), Lages (-13.268) e São Joaquim (-2.071).

Conforme os dados, observa-se que a cidade de Lages foi a que mais expulsou pessoas nesse período, apesar de a mesma comportar a maior parte das áreas dinâmicas da economia desta região. Assim, fica explícito que a economia da região é incapaz de absorver sua população.

Divergindo do panorama das regiões de expulsão Oeste e Serrana, a região Norte é umas das que apresenta grande número de fatores atrativos, comportando boa parte da população migrante do Estado. Esta região é um terreno fértil de indústrias capaz de absorver relevantes números de trabalhadores.

A região Norte apresenta diferentemente das regiões anteriores, saldo migratório positivo, correspondendo ao número de 33.404. Isto não quer dizer que todas as SDR's contêm saldo migratório satisfatório. Contudo, totalizando as de Canoinhas (-6.317), Jaraguá do Sul (19.080), Joinville (26.461) e Mafra (-5.820), o saldo permanece predominantemente positivo, totalizando 33.404.

As regiões de Mafra e Canoinhas como apresentado acima, contam com saldos migratórios negativos. No caso da primeira, este saldo é resultado da

redução de reservas florestais, visto que a principal atividade da mesma estava diretamente ligada ao setor de papel e madeira.

As SDR's de Joinville e Jaraguá, que apresentam SM positivo estão entres as líderes em produção de bens e serviço, sendo consideradas as SDR's mais industrializadas do estado. As SRD's com saldo migratório negativo contam um o evidente esvaziamento de seu território.

O Vale do Itajaí, conforme Mito (1998, p.63):

“[...] é o que mais atraiu migrantes no período analisado. Diante de uma economia também diversificada e com grande participação no PIB estadual, o crescimento econômico das últimas décadas consolidou o Vale como uma das regiões mais dinâmicas de Santa Catarina”

Ainda conforme a pesquisa, pode ser observado que mesmo que as SDR's de Ituporanga (- 3.699) e Taió (- 2.077) tenham saldos migratórios negativos, o total entre as SDR's de Blumenau (20.580), Brusque (25.307), Ibirama (896), Itajaí (52.406), Rio do Sul (3.300) e Timbó (6.827) totalizam 103.540 positivos. Isto faz com que o saldo migratório positivo desta região ocupe lugar de destaque entre as outras.

A região de Blumenau comporta alto índice de SM positivo, tendo seus fatores de atração ligados à indústria têxtil e metal-mecânica. Na mesma direção, encontra-se a SDR de Brusque que também representa potencialidade no setor de vestuário. A região conta também com o município de São João Batista, considerado destaque na fabricação de calçados, além de outros municípios fabricantes de cerâmica, olarias, etc.

A SDR de Itajaí conta com a atividade portuária, movimentando alto número de pessoas e empregos, além do município de Balneário Camboriú, que atrai grandes quantidades de migrantes por estar localizado em região litorânea.

Seguindo, o Sul do Estado conforme resultados da mesma, reduziu sua participação relativa na população do Estado. Mesmo assim, não contou com negatividade no total de saldos migratórios. Nesta região, o município de Araranguá (-3.233) e Laguna (-564) foram as únicas SDR's que apresentaram saldo negativo. Já os municípios de Braço do Norte (1.133), Criciúma (2.801) e Tubarão (397) deram conta de manter o salto total de 534 positivo.

No caso da SDR de Araranguá, somente os municípios de Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota tiveram saldo migratório positivo, enquanto a sede reduziu o número da população. Já na SDR de Laguna, os municípios de Imarui e Imbituba são os que apresentam saldo migratório negativo, enquanto Garopaba, município ligado à área de vestuário, conta com SM positivo.

Ainda na região Sul, a SDR de Tubarão apresenta saldo positivo em função do destaque da região carbonífera. Braço do Norte também alimenta saldos positivos, pois está ligada à indústria do ramo alimentício. A SDR de Criciúma, conta com cidades ligadas ao ramo de indústria cerâmica, vestuário, plástico descartável, entre outros, contribuindo para o saldo positivo de migração e um crescente aglomerado urbano ao redor da cidade.

Finalizando, trazemos a região da Grande Florianópolis, que apresentou considerável concentração populacional colocando-se como a segunda maior região receptora de população do Estado. De acordo com Miotto (1998, p.61): “Isso confirma também um forte adensamento demográfico, inclusive na capital do estado, mesmo diante de seus limites naturais incontestáveis”.

Entre as SDR's da região, totalizaram saldo negativo de migração os municípios de Águas Mornas (- 1.197), Angelina (- 660), Anitápolis (- 231) e São Bonifácio (- 109).

Já as SDR's de Antônio Carlos (273), Biguaçu (2.075), Florianópolis (31.565), Governador Celso Ramos (58), Palhoça (12.269), Rancho Queimado (19), Santo Amaro da Imperatriz (1.057), São José (10.803) e São Pedro de Alcântara (1.118), totalizaram o saldo positivo de 57.040.

O fato de muitas cidades que margeiam a capital terem saldo migratório positivo se deve fundamentalmente à questão da maior oferta de emprego encontrada nas grandes cidades, como é o caso de Florianópolis, onde muitas pessoas absorvidas pelo mercado de trabalho optam por residir em cidades vizinhas em função de alguns determinantes, fazendo diariamente o trajeto casa/ trabalho e vice versa.

Esses resultados de saldos migratórios positivos e negativos, coletados por Miotto (2008), confirmam que as regiões Serras e do Oeste do estado são as que comportam maior número de fatores de expulsão fazendo com que a população residente nos mesmos migre buscando melhores condições de vida.

Dessa maneira, regiões industrializadas e litorâneas são as que proporcionam um maior número de fatores atrativos, fazendo com que a população expulsa de suas regiões procure emprego, renda e estabilidade nestas.

Mesmo que os dados apresentados neste item, sejam referentes somente ao estado de Santa Catarina, não se pretende reduzir que a migração para o município de Florianópolis seja proveniente apenas de municípios de cidades catarinenses. É preciso levar em consideração também, pessoas vindas de outros Estados do país diretamente para Florianópolis, além das que já fazem parte de um processo circular de migração, ou seja, expulsas de sua região de origem, migram sequencialmente em busca de melhores condições de vida, sem moradia fixa.

Por conseqüência, este processo migratório orientado para a cidade de Florianópolis ganhará destaque nos próximos itens deste trabalho.

1.4.3 A cidade de Florianópolis e seus fatores de atração

Fundada por bandeirantes paulistas na segunda metade do séc. XVII, a antiga N. Sra. do Desterro não teve vida urbana antes da colonização açoriana. No século XIX, mais precisamente em 23 de março de 1823, Desterro foi elevada à categoria de cidade, tornando-se mais tarde, no final de 1893, Capital da Província de Santa Catarina.

Em 1894, Marechal Floriano Peixoto junto de suas tropas organizadas, invadiu a Ilha do Desterro. Muitos foram feitos prisioneiros na ilha de Anhantomirim, sofrendo agressões e sendo humilhados.

Foi ainda no período de 1894, que Desterro teve seu nome mudado para Florianópolis. Esta mudança ocorreu em função de uma homenagem prestada por Hercílio Luz ao Marechal Floriano Peixoto, causando assim, muita polêmica e descontentamento, visto que o Marechal foi quem invadiu a antiga Desterro, aprisionando e torturando muitos moradores da localidade. Entretanto, o novo nome da cidade não foi contestado pelo fato de Floriano estar no poder na época. (REIS, 2007)

A partir de então, a cidade de Florianópolis passou, mesmo que lentamente, a ter um avanço de crescimento populacional e isso permaneceu até as primeiras décadas do século XX.

Nos anos 1950, o processo de urbanização juntamente com o desenfreado movimento do êxodo rural, afetou principalmente as capitais do país. Deste período em diante, as atividades nativas na cidade, como a pesca e atividades portuárias já eram improdutivas, apresentando a Florianópolis, um semblante de cidade burocrática, com comércio e serviços ajustados de acordo com os novos interesses.

Em meados dos anos 1960 e 1970, a cidade contou com um considerável desenvolvimento urbano e junto a isto, a exploração e ocupação das praias tanto pela população local, quanto por turistas nacionais e oriundos de outros países, trazendo com esta ocupação, algumas conseqüências devastadoras para o cenário natural da região.

De acordo com Luchmann e Scherer-Warren (2006, p.99): “Embora a vocação turística da cidade tenha sido anunciada nos anos 1970, a consolidação desse motor de desenvolvimento foi efetivada a partir dos anos 1980, ampliando-se significativamente nas décadas seguintes”.

A partir de então, o incentivo à vinda para a cidade tem sido constante e muito visado. Projetos nas praias e regiões de maior visibilidade foram construídos a fim de valorizar e desenvolver o turismo e os fatores atrativos da cidade.

Ainda para Luchmann e Scherer-Warren (2006, p.106):

“Convém lembrar que, a partir dos anos de 1980, a cidade passou a ser alvo de uma agressiva campanha política que visava explorar ao máximo o potencial turístico da ilha, mediante estratégias de *marketing* que, a exemplo do *slogan* “Ilha da Magia”, atraia os mais variados tipos de investimentos e de pessoas com alto poder aquisitivo”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Florianópolis contava com 138.337 mil habitantes no ano de 1970. Ao passo que, no ano de 2000, esta população já se encontrava na casa de 342.315 mil habitantes. Esses dados mostram o crescente processo de urbanização e ocupação ocorrido no município.

A constante e considerável vinda de migrantes para a cidade e Capital Florianópolis ocorre em função da orientação dos fatores de atração, como divulgação de baixos índices de criminalidade e violência, se comparado com outras cidades de médio e grande porte, pelo fato de a mesma ser conhecida por suas

belezas naturais e ser pólo turístico de destaque, oportunidades de emprego, entre outros.

Além desses, a imagem veiculada pela mídia, a respeito da cidade de Florianópolis, influência consideravelmente na vinda tanto de turistas, quanto de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pois estes acreditam que ao chegar à Capital Catarinense irão deparar-se imediatamente com oportunidades até então não oferecidas, estabilidade de vida, ascensão social; e diversas outras questões transmitidas a fim de incentivar o turismo, e gerar lucro para a cidade.

Por conseguinte, através dos chamados fatores atrativos que contemplam a cidade, é que há uma acelerada ampliação nos processos migratórios para Florianópolis, especialmente por famílias em busca de boas oportunidades e condições de vida que a capital catarinense pode oferecer.

Em função destes fatores, muitos migrantes que rumam em direção a Florianópolis deparam-se ao chegar à mesma, com situações semelhantes ou até piores do que a situação que se encontravam. Além disso, esta circunstância se agrava ao passo que, estes migrantes encontram-se longe de sua família ou rede de relacionamento. Ao se depararem com tal condição, muitos optam por retornar para o local de onde vieram, às vezes não conseguem por conta própria ou auxílio desta rede, então os migrantes solicitam atendimento em órgãos públicos, a fim de encontrarem um meio para seu retorno.

Em sua grande maioria, são pessoas inseridas nesse contexto que são atendidas no Núcleo de Apoio à Família Rodoviária (NAF-R), Projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis que atende o migrante, o qual será apresentado na seção seguinte.

2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E O NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA RODOVIÁRIO

Após a realização da primeira seção, que contém um apanhado sobre migração no Brasil e em Santa Catarina, com enfoque na cidade de Florianópolis, encontraremos nesta segunda, um breve contexto sobre a assistência social na capital catarinense. Também, localizaremos na Secretaria de Assistência Social e Juventude, o Projeto Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário.

2.1 BREVE RESGATE SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A partir da Constituição de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988, passa a ser organizado um novo conceito de Seguridade Social no Brasil, que tem como base a universalidade, a uniformidade, a equivalência de serviços, entre outros direitos.

A organização desta nova formação da Seguridade Social conta com a ação do então chamado “Tripé da Seguridade Social”, composto por serviços de Saúde como sendo direito de todos e dever do Estado e Assistência destinada a quem dela necessitar, como ações de caráter não contributivo. Somando-se a esses, tem-se a Previdência Social, com caráter de seguro e contributivo.

Conforme Simões (2008, p.99): “O conceito de seguridade social foi instituído pela Constituição de 1988, em garantia do direito à saúde, à previdência e à assistência social, considerando fundamental a estabilidade da sociedade democrática”.

A escolha dessas três instituições expressa três áreas de necessidades sociais, consideradas básicas para a estabilidade da sociedade (Correia, 1998): na *saúde*, a ação de prevenção, proteção e recuperação; na *previdência social* a perda ou redução de renda; na *assistência social*, a seleção, prevenção e eliminação dos riscos e vulnerabilidades sociais. (ibid, p.101).

A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (BRASIL, 2004).

Cinco anos após a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada, surgindo para regulamentar e consolidar a Assistência Social como política social. Esta, aprovada como Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993, regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988 e buscou afirmar um novo conceito para a Assistência Social, visando, segundo Viccari (2008), a extensão da cidadania social. De acordo com seu Artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Tal lei prevê ações na área da assistência social, com o objetivo de assegurar os direitos dos cidadãos previstos na Constituição Federal de 1988, baseado em uma estrutura descentralizada e participativa nas esferas federal, estadual e municipal. Esta estrutura é sustentada através do Comando Único na esfera federal, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); na esfera estadual, através da Secretaria Estadual de Assistência Social (SAS); e na municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Dessa maneira, as atuações destinadas à área da assistência social devem discorrer “de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (LOAS, art.11). Além destes, a LOAS prevê a partir de sua criação, a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tendo este, como objetivo central, a coordenação da Política Nacional de Assistência Social. (BRASIL, 1993).

Sobre o financiamento das ações desenvolvidas na área da Assistência Social, a LOAS propõe a criação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o qual se encontra previsto e assegurado no orçamento da seguridade social, conforme o artigo 195 da CF/1988.

No ano de 2004, foi aprovada, através de debates ocorridos na Reunião Descentralizada administrativa do CNAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). De acordo com Viccari (2008, p.30):

Essa aprovação representou o compromisso com o MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e CNAS de materializar o conteúdo da assistência social, de acordo com as matrizes da LOAS e com a Constituição Federal de 1998, dando uma nova visão do Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social.

Orientado por princípios e diretrizes encontrados na Constituição de 1988 e na LOAS, a PNAS é regida pela busca da universalização dos direitos sociais, visando a implementação e regularização do Sistema Único de Assistência Social. (BRASIL, 2004).

Seguindo, em 14 de julho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica (NOB), para implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este, fundamental para a efetividade da Assistência Social como política pública, recomenda em sua formação, gestões descentralizadas e participativas, com foco na família e na territorialidade.

O SUAS, ainda prevê em sua regulamentação, a elaboração de uma rede única de prestação de serviços sócio-assistenciais. Esta rede deverá estar organizada a partir de níveis de complexidade encontrados no Sistema, distribuição territorial, alcance, e especialização do atendimento realizado. De acordo com Vicente (2005, p.46), isto está previsto:

[...] garantindo a hierarquização dos serviços por nível de complexidade, distribuídos pelos entes federativos conforme caracterização do atendimento e das demandas e a distribuição na participação do financiamento, tendo em vista os recursos necessários para sua execução.

Os níveis de proteção social estão definidos em dois patamares: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, distinguindo-se esta em proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Ambos objetivam a garantia da segurança, de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida, conforme disposto na PNAS. (BRASIL, 2004).

A proteção social básica é destinada a famílias e pessoas como caráter preventivo de situações de risco pessoal e social, trave do desenvolvimento de potencialidades, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2005).

A proteção social especial de média complexidade caracteriza-se como ações de proteção social destinadas a famílias e indivíduos, quando os direitos já foram violados. Contudo, o vínculo familiar e comunitário não foi rompido. Como exemplos deste serviço há o atendimento à população de rua. (BRASIL, 2005)

Já o serviço de proteção social especial de alta complexidade, abrange os que já tiveram seus direitos violados e vínculos familiares e societários rompidos. Este tipo de atendimento é considerado o mais complexo e tem como exemplo abrigos para idosos. (BRASIL, 2005).

As políticas e as conquistas de lutas obtidas durante o período pré e pós Constituição Federal de 1988, dentro do sistema de Seguridade Social e principalmente dentro da Assistência Social, orientam a realização e condução de Serviços, Programas e Projetos desenvolvidos e financiados pelas esferas Federal, Estadual e Municipal. Portanto, é fundamental a execução da descentralização, da democratização e da participação, construindo políticas sociais que visem à transformação positiva do quadro de pobreza, exclusão, desigualdade, entre outras expressões da Questão Social.

Corroborando, Vicente (2005, p.49) coloca que: “Desta forma, é imprescindível que o Estado atue para amenizar o impacto dessas transformações na vida das pessoas, através de políticas sociais que possam propiciar uma melhor condição de vida a população”.

Partindo desse pressuposto, cabe a cada esfera de poder, coordenar de forma competente e comprometida a execução da Política Nacional de Assistência Social e suas ações, a fim de compactuar com os direitos previstos para a sociedade.

Destacados os principais avanços na Política de Assistência Social pós Constituição de 1988, será apresentado a seguir, o panorama da trajetória da Assistência Social no município de Florianópolis, levando em consideração que a Prefeitura Municipal, como órgão público, é responsável pela realização de serviços públicos de interesse local. Desta forma, sua missão é “prover o bem estar dos munícipes, visando o desenvolvimento sustentado”. (PPA entre 2002 e 2005).

2.2 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Ao realizar um breve resgate histórico, fica notório que o município de Florianópolis procura acompanhar o modelo padrão nacional de Assistência Social, conforme o que regem as Leis e Políticas formuladas para a mesma.

Articulado às normatizações e às diretrizes da PNAS e do SUAS, a atual Secretaria de Assistência Social e Juventude, do município de Florianópolis, alterou sua estrutura e nomenclatura durante sua formação. Segundo Santos (2007, p.65):

É importante compreender que a mudança de nomenclatura não é um mero rearranjo institucional, pois a diversidade de denominações que historicamente vem sendo dado a Assistência Social, fragmentam o seu sentido político, por isso neste sentido, o SUAS traz este ordenamento que deveria se dar em nível nacional.

De acordo com o que será apresentado, observa-se mesmo que lento, o seqüencial desmembramento da Assistência Social do Município e conseqüentemente as alterações em sua nomenclatura, organizando-se conforme princípios e diretrizes presentes na LOAS, Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social, assentando o Comando Único de Assistência Social.

Até o ano de 1969, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, organizava os recursos recebidos e destinados à ação social, através do gabinete do prefeito, entre outros setores, e utilizando conforme as demandas dos usuários, procedimentos diferentes de acesso aos benefícios. (SANTOS, 2005)

Em 20 de novembro de 1969, foi criada a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), através do Decreto Lei nº. 235, artigo 14. Nesta secretaria, havia uma repartição habilitada a trabalhar com a demanda específica do Serviço Social municipal, para entender aos servidores e à população do município. (FRANZONI, 2002).

Na década de 80, especificamente 1985, no governo Aloísio Acácio Piazza, através do decreto Lei nº. 2.350/85, o setor de Educação, desliga-se da Saúde e Assistência Social tendo assim, sua própria Secretaria. (FRANZONI, 2002)

De acordo com Vicente (2005, p.52):

Quando foi promulgada a Constituição de 1988 e posteriormente a regulamentação da LOAS, a Assistência Social passa a ser considerada Política Pública, o que alterou o organograma da Prefeitura de Florianópolis que passou a desenvolver um trabalho mais específico de Assistência Social, embora ainda vinculado a Secretaria de Saúde.

No ano de 1995, aprovada pela Câmara de vereadores, foi criada, através do decreto lei nº. 4.800/95, a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social. A partir de então, o setor de Desenvolvimento Social, começou a funcionar dividido em três: Divisão do Desenvolvimento Social do Menor; Divisão de Assistência Social; e Divisão da Ação Comunitária.

Segundo Franzoni (2002, p. 28):

As demandas na área social e as mudanças nas políticas sociais exigiram uma reestruturação organizacional, administrativa e técnica do departamento. Com todo o desenvolvimento e necessidade, reestruturou-se em quatro desdobramentos: Divisão da Criança e do Adolescente, Divisão de Capacitação Profissional, Divisão de Ação Comunitária, Divisão de Assistência Pública e Cidadania.

Também, no ano de 1995, foi criado o Fórum Municipal de Assistência Social. A partir desta data, organizou-se um grupo composto por entidades e pessoas atuantes na área, visando à realização de um Fórum, com intuito de dialogar sobre a atuação do município no processo de descentralização da assistência social, a partir das orientações da Lei Orgânica da Assistência Social. (VICCARI, 2008).

Na análise de Paiva (1999 apud Viccari 2008), este momento do Fórum proporcionou às pessoas que dele participaram, esclarecimento e mais conhecimento sobre o conteúdo e orientações presentes na Política Pública de Assistência Social. Para os usuários, parlamentares e outros envolvidos, esta organização ainda foi motivo de dúvidas e divergências. Contudo, cabe salientar, que o Fórum manteve-se unido em diversos momentos de decisões, recebendo entidades da sociedade, que seqüencialmente passaram a fazer parte dele, compartilhando, posteriormente, cadeiras especiais na diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Essa articulação, realizada com o Fórum, tinha como objetivo central a aprovação de leis, para a implantação do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como o do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). (PAIVA, 1999 apud

VICCARI 2008). Contudo, este período fundamental coincidiu com período eleitoral de prefeito e vereadores, deslocando a atenção da sociedade e governo, atingindo negativamente o processo de aprovação. Portanto, conforme Viccari (2008), o Conselho Municipal de Assistência Social, bem como o Fundo Municipal de Assistência Social, tiveram seus projetos apresentados na I Conferência Municipal de Assistência Social realizada em agosto de 1995, e aprovados pela Câmara de Vereadores. Entretanto, a implantação do Conselho e do Fundo só foram concretizados no ano de 1996, através do decreto Lei nº. 4.959/96, tendo seu Regimento Interno publicado em seguida.

No ano de 2001, mais precisamente dia 21 de março, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS), por meio do decreto de Lei nº 5831/01. Baseado no Plano Municipal de Assistência Social, esta Secretaria passou a funcionar organizada por meio de Gerências.

[...] A Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social/P.M.P., que representa o comando único do município, assume como missão: 'Promover o desenvolvimento social sustentável das famílias florianópolis, otimizando e articulando os recursos institucionais e ampliando parcerias, visando a melhoria da qualidade de vida. (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, gestão 2002/2005, p.121, apud FRANZONI, 2002, p.29).

No ano de 2005, a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, muda de nomenclatura passando a ser reconhecida como Secretaria da Criança, Adolescente, Família, Idoso e Desenvolvimento Social (SCAIFDS). Já no ano de 2007, esta passa a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a partir do decreto de Lei nº 12.351/07. Estas duas mudanças ocorreram durante a administração do Prefeito Dário Elias Berger (2005-2008).

Em 2009, a então Secretaria Municipal de Assistência Social, através do decreto de Lei nº 348/09, aprovado em 27 de janeiro de 2009, pela Câmara de Vereadores¹⁰, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude¹¹. Esta Secretaria engloba setor administrativo e de Assessoria,

¹⁰ Informação obtida através do site www.pmf.gov.br.

¹¹ Junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, mais quatorze Secretarias Municipais compõem o quadro atual da P.M.F.

Conselhos¹², e conforme orientação da Política Nacional de Assistência Social divide-se em: Diretorias de Serviços Básicos; Diretoria de Serviços de Média Complexidade; e Diretoria de Serviços de Alta Complexidade, com os programas e projetos enquadrados nestas.

Além desses, estão localizados nessa Secretaria também, a Diretoria de Planejamento Monitoramento e Avaliação; Diretoria de Mobilização Comunitária; e Diretoria de Juventude. Vale Lembrar que cada diretoria encontra-se repartida em gerências, estas gerências estão destinadas a atender programas, projetos e ações contidos nas próprias.

Nesse contexto de organização da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis, desenvolvem-se na Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, Programas e Projetos previstos nacionalmente, além de Projetos municipais, implantados a fim de atender demandas específicas e detectadas no mesmo, como é o caso do Núcleo de Apoio à Família Rodoviário (NAF-R), proposto a partir de demandas apresentadas no município de Florianópolis.

2.2.1 Núcleo de Apoio à Família Rodoviário: aspectos históricos

O Núcleo de Apoio à Família Rodoviário é um projeto municipal, que desenvolve ações que buscam o acolhimento, o apoio e a orientação de famílias e pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade, que se encontram em Florianópolis.

O NAF-R teve a elaboração de seu projeto inicial a partir de relatórios produzidos mensalmente pela equipe de Abordagem de Rua¹³, que constatou em seus atendimentos, grande demanda de migrantes em situação de rua, com necessidade de retornar ao local de origem. O Projeto foi elaborado então, por Assistentes Sociais da Prefeitura Municipal embasadas também para a sua elaboração, na taxa de crescimento demográfico e vinda constante de pessoas em busca de qualidade de vida que o município é capaz de oferecer.

¹² Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Condição Feminina, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Social, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

¹³ Projeto que caracteriza-se como uma proposta sócio-educativa, que tem como objetivo oportunizar o resgate de vínculo de crianças, adolescentes e adultos, que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência com seguimentos organizados da comunidade evitando sua exposição aos riscos que a rua oferece (FLORIANÓPOLIS, 2006, p.247).

Visando atender as demandas, expectativas e necessidades apresentadas pela população migrante, em situação de vulnerabilidade social e econômica, e garantir o acesso dos mesmos na rede de serviços que o município oferece, foi sugerida a implantação e implementação de um Centro de Referência de Serviços Sociais, dando origem ao NAF-R. (FLORIANÓPOLIS,2003).

O projeto Núcleo de Apoio à Família teve início na Prefeitura Municipal de Florianópolis no ano de 2003, governo da então prefeita Ângela Amim, sendo mantido com verbas do governo Federal. No ano de 2005, o mesmo passou por reformulação, tornando-se um projeto de âmbito municipal. Esta modificação aconteceu pelo fato de que com a existência de um Projeto mantido com verbas Federais, existe também um prazo para seu término, ou para que outro Poder assumira sua manutenção.

Nesse período, a Prefeitura responsabilizou-se pelo projeto, através da Gerência da Família, vinculada à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social. Hoje, apenas Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, com instalações presentes em um prédio anexo ao Terminal Rodoviário Rita Maria.

O NAF-R faz parte atualmente do Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade¹⁴. “São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. (SUAS, 2005, p.52).

O projeto NAF-R tem como objetivos específicos:

Acolher as pessoas que, preferencialmente chegam à cidade de Florianópolis através do Terminal Rodoviário Municipal; Desenvolver atividades de orientação, encaminhamento e acompanhamento, acerca dos serviços sociais; Articular e tecer uma rede entre Conselhos,

¹⁴ Além do NAF-R, esta Diretoria está responsável também até o presente momento, conforme informações transmitidas pela Gerente de Projetos Programas e Ações, pelo Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa (CIAPREVI), Sentinela, Programa de Orientação Assistencial Sócio Familiar (POASF), Renda Extra, Centro de Referência da Mulher, Liberdade Assistida (LA)/PSC, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Abordagem de Rua, Projeto de Atendimento à Dependentes Químicos (PROADQ). Junto a estes, estão também os Conselhos Tutelares (Norte, Ilha e Continente).

Sociedade Civil Organizada, Municípios, Estados e Programas e Projetos de âmbito municipal, visando a troca de informações de atendimento ao migrante e possibilitando a construção conjunta de ações que promovam a cidadania e solução de problemas; Recambiar usuários adultos em situação de rua para suas cidades de origem e/ou a reintegração familiar. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p.240).

Diante das atividades realizadas no Projeto, ou seja, o atendimento de pessoas e famílias em situação de risco social é necessário, por parte do profissional, perceber a diferença entre objetivos profissionais e objetivos Institucionais. Seguindo, o objetivo do Serviço Social no mesmo deve desvendar as diversas facetas das expressões da Questão Social que se fazem presentes no cotidiano do usuário. Portanto, o profissional deve ter uma bagagem de suporte teórico para o enfrentamento dessas tão complexas expressões.

O Serviço Social, dentro do NAF-R, é desenvolvido na perspectiva de um viabilizador e defensor de direitos, visando à independência dos sujeitos, acesso à informação, além de acesso à rede de serviços do Município.

De acordo com o projeto elaborado para o NAF-R, o profissional atuante na instituição tem como competência a articulação da Rede de Atendimento, ou seja, a busca de estratégias conjuntas da rede de atendimento ao migrante. Para o desenvolvimento de metodologia, o profissional necessita delinear o perfil do migrante, ter conhecimento da rede que o acolhe e estabelecer parceiras, bem como o acolhimento, atendimento e recambiamento dos usuários. (FLORIANÓPOLIS, 2003).

O projeto é procurado pela população usuária de forma espontânea, ou então, através de encaminhamento da rede pública como Programas e Projetos da Prefeitura, Hospitais, Penitenciárias, entre outros. De acordo com Vicente (2005, p.53): “Dentro da descentralização a das políticas sociais está à responsabilidade de cada município em arcar com suas responsabilidades dando a contrapartida dos recursos para melhorar ou ampliar os serviços no município”.

Um dos principais parceiros do NAF-R é o Projeto Abordagem de Rua visto que o mesmo encaminha com freqüência usuários para atendimento na Instituição. Além deste, o Projeto de Atendimento a Dependentes Químicos (PROADQ), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Casa de Apoio Social, também realizam contato freqüente com o NAF-R.

Em relação ao quadro de recursos humanos, o projeto prevê

(FLORIANÓPOLIS, 2003), para o ano de 2009: um coordenador, duas assistentes sociais, quatro estagiárias e um motorista. Contudo, este é desenvolvido até a data de elaboração deste trabalho, por uma equipe que conta com uma coordenadora com formação em psicologia, uma Assistente Social, duas estagiárias da área, uma estagiária de psicologia e um vigilante terceirizado.

No que diz respeito aos usuários, apenas adultos, ou seja, maiores de 18 anos são atendidos. Crianças desacompanhadas dos pais e responsáveis, ou estando estes sem a documentação das mesmas, são encaminhadas ao Conselho Tutelar.

Quanto ao atendimento a idosos, são beneficiados aqueles que tem como destino cidades do Estado de Santa Catarina, tendo em vista que os mesmos têm direito a gratuidade de passagem interestadual, conforme estabelece o Estatuto do Idoso. Dessa forma, os idosos que vão ao projeto são orientados a procurar serviços de Assistência Social de seus municípios para elaboração da carteira que dá direito à gratuidade prevista em seu Estatuto¹⁵.

Em relação aos atendimentos realizados com pessoas de outras nacionalidades, é fundamental deixar claro que os atendimentos não são realizados sem que os usuários estejam com documentação brasileira. Caso isto não aconteça, os estrangeiros são orientados a procurar a Polícia Federal, ou quando existente, o consulado de seu País na cidade, para que estes órgãos possam estar verificando a regularidade da estadia do usuário na cidade, entre outras situações.

O atendimento que o NAF-R realiza, mesmo caracterizando-se como um serviço emergencial, tem como foco o recambiamento, o encaminhamento, a orientação e o acolhimento, levando em consideração as potencialidades do usuário. Neste sentido, Carneiro (2005, p.83), afirma que:

Um elemento central para que se viabilize a expansão das capacidades de indivíduos diz respeito à participação. Trata-se de desenvolver programas e mecanismos que de fato incorporem a participação e que priorizem a autonomia e empoderamento dos sujeitos atendidos pelas políticas.

Nessa concepção, o Serviço Social no mesmo tem também como atribuição desenvolver atividades de orientação, encaminhamento e acompanhamento acerca dos serviços sociais. Dessa forma, a orientação deve ser no sentido de mostrar as potencialidades do usuário, informá-lo de seus direitos e

onde buscá-los. Junto a isto, dando sustentação a sua atuação, o profissional ainda faz uso dos Instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, a fim de responder de forma competente às demandas apresentadas.

É necessário, por parte do profissional, uma escuta qualificada. Esta escuta servirá como suporte para o profissional, para análise e entendimento de que além da necessidade do benefício da passagem, esta população apresenta diversas outras demandas.

2.2.2 Núcleo de Apoio à Família - Rodoviário: dinâmica institucional e o trabalho do Assistente Social

O usuário, ao solicitar atendimento junto ao NAF-R, deve apresentar documento próprio como Registro de Nascimento, Carteira de trabalho, Registro Geral, entre outros. Como muitos dos usuários que procuram à Instituição já não os têm, por motivos de furto e perda, por exemplo, estes registram Boletim de Ocorrência (BO)¹⁶, podendo assim serem atendidos.

O Atendimento ao usuário é realizado por técnicos que compõem o quadro de profissionais e estagiários, por meio de entrevista semi-estruturada¹⁷ com base no Termo de Solicitação de Passagem (Anexo A), sendo avaliada a situação e detectada sua demanda. Após a entrevista, um relato sobre o atendimento é formulado, ficando este sob sigilo institucional, tendo acesso ao mesmo, apenas os profissionais.

A entrevista é um Instrumento fundamental para a realização do atendimento no NAF-R, visto que é a partir da mesma que serão codificadas as informações transmitidas pelo usuário, para nortear a autorização ou não do benefício. Para Kisnerman, 1976, p.21): “A entrevista, como tal, é um meio de trabalho que permite estabelecer uma relação profissional, um vínculo intersubjetivo e interpessoal entre duas ou mais pessoas, sendo que o que diferencia seu uso é a maneira e a intenção de quem a pratica”.

Diante disso, para o fornecimento do benefício da passagem são levados

¹⁵ Ver capítulo X do Estatuto do Idoso.

¹⁶ Quando atendido com BO, o usuário é informado que esta não substitui sua documentação e é orientado a providenciá-la o quanto antes.

¹⁷ Este tipo de instrumento permite a combinação de perguntas abertas e fechadas. Ou seja, existem campos a serem obrigatoriamente preenchidos, podendo além disso, o técnico adicionar perguntas de acordo com o desenvolvimento do diálogo e de cada atendimento.

em conta critérios como: não contar com familiares na cidade, não ter feito uso do benefício em momentos anteriores, ter mais de 18 anos¹⁸, e fazer uso da passagem para retornar para a cidade de origem ou para onde tenha vínculos familiares. Além destes, a passagem não é fornecida para motivos de passeio, visita a parentes, viagem para assuntos pessoais, procura de emprego, entre outros.

O projeto repassa o benefício da passagem aos usuários, cujas famílias são desprovidas de recursos e/ou condições para apoiar seus membros, quando estes se encontram em situação de risco social. Ou seja, após realizar o atendimento e verificar a situação e a não possibilidade de recambiamento por custos próprios ou familiares, o projeto encaminha para os serviços necessários e realiza o recambiamento.

Durante o atendimento, o profissional ou estagiário realiza contato com familiares ou conhecidos dos usuários. Isto visa à verificação das informações transmitidas pelos mesmos, pois muitos solicitam a passagem com objetivos distintos aos autorizados, omitindo informações e em alguns casos, passando-as de forma falaciosa. Contudo, é necessário levar em conta que da mesma forma, nem sempre a pessoa com quem o contato foi realizado utiliza do comprometimento com a informação transmitida.

Diante disso, é necessário que o profissional observe o que o usuário fala e como ele fala, além da maneira como expressa seu comportamento, pois aspectos como, a frase com que o usuário inicia uma entrevista, são de fundamental importância para a compreensão deste e de seus sentimentos em relação ao próprio caso. Deve-se observar também o que ele não fala, como os silêncios, os suspiros, e a expressão do olhar, ou ainda o ambiente e seus locais de convívio.

Assim, durante o atendimento, o profissional deve utilizar-se da observação. Esta observação deve acontecer de forma objetiva, sem deixar transparecer os pontos observados e sem deixar-se influenciar pelas disposições momentâneas procurando sempre alcançar a neutralidade. A partir disto, Sarmiento (2005 p.23) assinala que “(...) não basta observar, devendo-se procurar compreender o que a observação revela, para isto deve-se estar apto a poder julgá-la e interpretá-la acertadamente”.

¹⁸ A menos que a criança ou o adolescente esteja acompanhado dos pais ou responsável.

Dentre outros instrumentos, também necessários e utilizados para realização de atendimento, destacamos a informação, sendo que o profissional precisa saber operar e ultrapassar a utilização da informação formal, ou seja, o documento. A informação pode ser tida de forma escrita, verbal e áudio-visual, e para isso, mais uma vez traz-se Sarmiento (2005, p.29), quando o mesmo analisa que: “portanto, informar, não é, e não pode ser simplesmente o ato de relatar ou descrever fatos e dados, mais do que isso é relacionar e interpretar diversos fatos, buscando a compreensão dos fenômenos”.

Partindo desse pressuposto, explicita-se que as informações podem gerar interpretações próprias produzindo novos dados. Por isso, a informação ao usuário deve ser passada de forma clara, certificando-se sempre que ele esta compreendendo a mensagem transmitida. O profissional que atua no NAF-R, deve ainda apropriar-se da escuta qualificada, fundamental durante os atendimentos.

Ainda referindo-se aos instrumentos e técnicas utilizados pelo profissional de Serviço Social traz-se Sarmiento (2005, p.15), quando o mesmo coloca que “Na prática profissional do assistente social, sua relação com o objeto é intermediada por um instrumento, o que o torna um potencializador de força, de determinada forma, em uma dada direção”.

Segundo o autor, (2005, p.16) “O instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente”. É por meio dele que vamos experimentando a teoria social, na medida, em que permite que se vá objetivando as categorias na realidade, utilizando-se das técnicas para que seu conhecimento opere e objetive-se, tornando, portanto, um meio de facilitação das suas realizações.

O profissional que integra o NAF-R deve também fazer uso da orientação, de forma esclarecedora, evitando contratempos e também que o usuário passe por diversos locais até chegar ao desejado. Além destes, destaca-se ainda, as reuniões realizadas pela equipe de profissionais e estagiários que compões o NAF-R, a fim de discutir questões relacionadas a atendimentos, dinâmica institucional, atuação do Serviço Social, entre outros, conforme as necessidades apresentadas ou assuntos de interesse da equipe. De acordo com Sarmiento, é através da reunião que o Assistente Social: (2005, p.38):

(...) pode contribuir no desencadeamento e realização de um processo reflexivo sobre o cotidiano de vida destas pessoas, para encontrar respostas as situações que se defrontam e permeada por uma maneira de organização para ação.

Estas reuniões são consideradas espaços conjuntos de análise e reflexão, visando alternativas para a possibilidade de melhoria das atividades realizadas na Instituição.

Juntamente com os instrumentos, as técnicas são elementos importantes para a ação profissional e para intervenção do mesmo. “É na prática e através da técnica que o homem vai conhecendo e ao mesmo tempo transformando”. (SARMENTO 2005, p.16).

Nos atendimentos realizados no NAF-R, podem ser identificadas técnicas como a de apoio, a de influência direta, técnica da catarse e também de discussão reflexiva. (SARMENTO, 2005). Estas técnicas utilizadas podem variar de acordo com a demanda apresentada.

A técnica de apoio, visto que os usuários que procuram o NAF-R, se encontram em situação de vulnerabilidade social é muito utilizada, pois, com ela é possível praticar a escuta qualificada, levar em consideração não apenas a situação atual do usuário, mas os aspectos que o envolvem, porque o usuário deve ser considerado como um sujeito de direitos como outro qualquer. Conforme Sarmiento (2005, p.17): “A técnica de apoio pressupõe ouvir com atenção, compreender seus aspectos ético-valorativos, auxiliar no alívio das tensões e coraças físicas e psíquicas, etc.”

A técnica da influência direta é também utilizada, porém precisa de atenção pelo fato que, de acordo com Sarmiento (2005), o profissional do serviço social pode influir sobre outras pessoas. Sendo assim, é necessário cuidar para não impormos qualquer condição para os usuários, permitindo que os mesmos reflitam e, orientados, tomem suas próprias decisões.

A técnica da catarse é utilizada em casos onde o usuário além do benefício, precisa de alguém que possa ouvi-lo e dar-lhe atenção, permitindo que este usuário fique a vontade para falar e depois o profissional prosseguir com o atendimento.

Por fim, a técnica de discussão reflexiva é utilizada para: “[...] questionar o outro em sua própria condição [...]”. (SARMENTO, 2005 p.17) No caso do NAF-R,

questionar nas ocasiões em que os usuários sem pensar nas conseqüências, deslocam-se de um lugar para outro. Ou seja, os mesmos são questionados sobre os benefícios de tais ações e conseqüências. A técnica de discussão reflexiva é também utilizada com usuários que fazem uso de entorpecentes, bem como em todo caso que é necessária a realização de uma reflexão mais crítica, porém, o usuário deve refletir sem ser criticado pelo profissional.

Com a finalização e análise do atendimento, as passagens são solicitadas à Diretoria de Proteção Social de Média Complexidade em forma de comunicação interna¹⁹, que contém um resumo do atendimento. As passagens solicitadas chegam à Instituição em um período de cinco dias²⁰. A partir desta data, o usuário tem em média dez dias para retirada de sua passagem. Ao recebê-la, assinam uma via do documento que fica anexado em sua ficha, para arquivo institucional, e outra, que é encaminhada à diretoria.

Dada a fragilidade em que se encontra a população em situação de rua, em vista de carência de moradia, alimentação e saúde, sob um panorama de vulnerabilidade e riscos sociais e pessoais, entende-se que os profissionais ligados diretamente ou não aos serviços de atendimento desta demanda devem estar dispostos a trabalhar em uma política de acolhimento, buscando através desta, compreensão da situação que se apresenta e não seu julgamento atentando sempre para a não realização de uma pratica assistencialista.

Sendo o NAF-R um Projeto que trabalha com demanda focalizada em determinado segmento social, seu caráter emergencial exige atenção e definição durante o período de atendimento, pelo fato de o profissional atuante poder estar encaminhando o usuário para a rede de serviços municipais. Diante disso, o Assistente Social deve em parceria com o usuário, elaborar possibilidades visando soluções para as demandas apresentadas pelo mesmo, cuidando sempre para não definir por ele o caminho a ser seguido e afirmando este como sujeito de sua história.

¹⁹ Documentação formal de solicitação de benefício, enviado por Programas e Projetos para suas Diretorias.

²⁰ Em casos, a passagens é fornecida de imediato, sendo para isso, realizado troca de passagem com as de usuários que não retornaram para retirá-las, realizando troca de itinerário quando necessário.

3 ESTUDO SOBRE O USUÁRIO DO NAF-R

Durante o período de desenvolvimento de estágio, de 2008 a 2009, no projeto Núcleo de Apoio à Família - Rodoviário, foi possível observar o considerável número de usuários que solicitam o benefício da passagem. Em sua maioria, pessoas migrantes que vieram para o Município em busca de emprego e renda, entre outras e variadas demandas, como poderá ser observado no decorrer do mesmo.

Ao longo desse período, foi despertado o interesse em conhecer a população migrante que recorre ao NAF-R e aprofundar os estudos referentes a seu perfil e ao atendimento realizado com a mesma. Além destes, conhecer também os motivos que fazem com que esta população, após seu deslocamento, retorne para o local de onde partiu ou então para onde conte com apoio.

Considerando o interesse em conhecer a população que recorre ao NAF-R, decidiu-se pela sistematização das informações referentes a esses usuários contidas nos arquivos institucionais. Esta sistematização foi realizada através de dados estatísticos do NAF-R, coletados a partir dos cadastros de atendimentos dos usuários²¹, organizados mensalmente para o relatório institucional anual. Os dados utilizados foram disponibilizados pela Instituição (Ver anexo B), o que possibilitou a realização deste trabalho.

De acordo com Gil, (1994, p.158):

Todas as sociedades modernas dispõem de grande quantidade de dados estatísticos referentes às características de seus membros. Tais dados são geralmente coletados e armazenados para servir aos interesses de organizações, sobretudo da Administração Pública.

Dessa forma, essa sistematização desenvolve-se com dados dos meses de janeiro a outubro de 2008, coletados através de informações obtidas com entrevistas, que constam nos termos de solicitação de passagens de 1.702 usuários, que passaram pela instituição neste determinado período. Além disso, a disposição

²¹ Termo de solicitação de Passagem (anexo A).

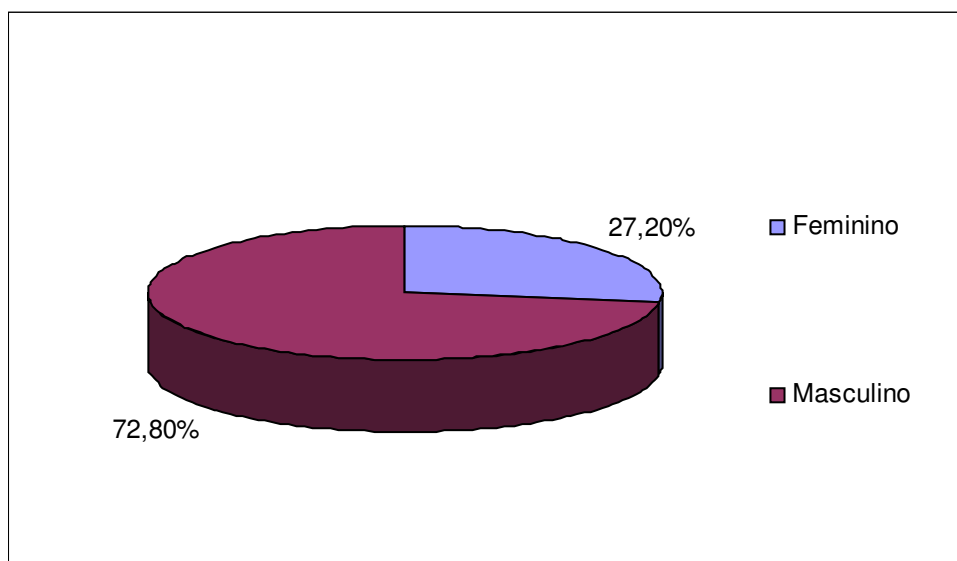
dos meses para a sistematização das informações aconteceu a partir de dados disponíveis no sistema de informações da própria Instituição.

No decorrer desta seção, como já relatado, poder-se-á observar a organização dos dados e a partir deles, algumas considerações e reflexões. A sistematização dos dados será articulada em dois blocos. O primeiro irá tratar do perfil do usuário atendido no NAF-R; já o segundo, remeterá ao atendimento realizado na Instituição. Finalizando, realizaremos uma discussão considerando os dados e a realidade do usuário, trazendo também o marco teórico utilizado no trabalho.

3.1 PERFIL DO USUÁRIO DO NAF-R

Este primeiro bloco será ilustrado através de gráficos, com informações referentes ao perfil do usuário atendido no NAF-R, algumas considerações e particularidades. Estes gráficos estão dispostos na seguinte ordem: atendimentos femininos e masculinos; faixa etária das pessoas atendidas; procedência dos usuários atendidos; motivo expresso para vinda à Florianópolis; e custeio do deslocamento.

Gráfico 1 - Usuário atendido pelo NAF-R - Sexo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados estatísticos de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

O gráfico apresenta o número de homens e mulheres atendidos no projeto. É possível verificar com os dados presentes no mesmo, uma disparidade na quantidade de atendimentos entre eles. Durante o período de sistematização dos dados, foram atendidas 463 mulheres, enquanto o número de atendimentos masculinos foi de 1.239.

É possível observar, a partir de informações relatadas por usuários nos questionários de atendimento presentes na Instituição, em relação à migração de homens, que alguns deles são chefes de família que migram sozinhos, permanecendo sua família no local de origem.

De acordo com Fraga (2006, p.21):

Torna-se comum os casos de rapazes e mesmo homens casados deslocarem-se por vários estados do Brasil e em países vizinhos a serviço de empreiteiras. As mulheres ficam cuidando dos filhos, dos demais afazeres da casa e da propriedade enquanto os homens vão trabalhar em serrarias, reflorestamento ou na construção civil.

Essa é uma opção de usuários que deslocam-se isoladamente, visando preservar sua família, porém contando com sua volta, caso os objetivos pelos quais migraram, não sejam atingidos. De acordo com Singer (1998, p.53): “Embora um grupo social seja levado por certas causas estruturais a migrar, é lógico que nem todos os seus membros o façam de imediato”.

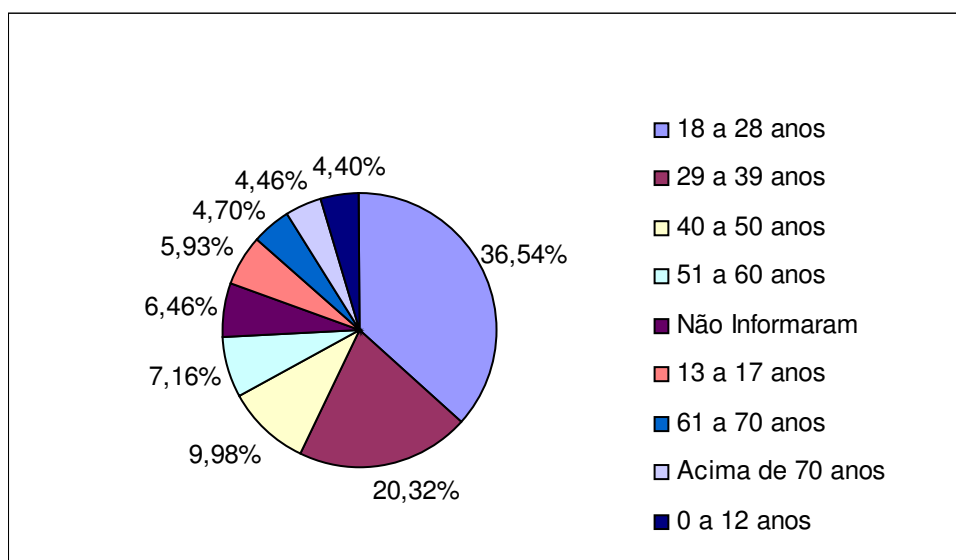
Outro fator para o número de atendimentos masculinos, ganha destaque. Muitos dos usuários são pessoas que costumam viver em situação de rua, fazem uso de entorpecentes, além de migrarem de região em região em busca de emprego, destes, a grande maioria é predominantemente do sexo masculino.

Em relação à migração por pessoas do sexo feminino, a partir dos relatos observados na Instituição, é possível identificar que algumas das mulheres atendidas também migram em busca de emprego, visando obter renda para garantir o sustento de sua família. Este é o caso da usuária A.D.F de 23 anos, que migrou do Rio Grande do Sul com seu filho de três anos em busca de emprego. Contudo, sem ser contratada e nem mesmo conseguir uma escola para matricular seu filho, não conseguiu procurar emprego e, portanto, solicitou atendimento no NAF-R, para receber passagem para retornar para casa de sua mãe, pois lá conta com apoio de sua família.

Também é possível observar mulheres que migraram a fim de acompanhar o esposo, em sua busca por melhores condições de vida. Sem obtenção de sucesso, são elas quem recorrem ao Serviço Social, solicitando a passagem para o casal ou então para a família.

Sendo assim, é possível observar situações semelhantes entre homens e mulheres que migram em busca de emprego e melhores condições de vida, e acabam recorrendo à Assistência Social, quando esgotadas suas possibilidades.

Gráfico 2 - Usuários atendidos pelo NAF-R – Faixa Etária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R.

Os usuários atendidos no projeto contemplam um diversificado quadro de faixa etária, tendo algumas delas destaque em relação a outras. Conforme o gráfico, a predominância de usuários atendidos localiza-se entre a faixa de 18 a 28 anos. Este número compreende exatamente 622 dos 1702 atendimentos.

De modo geral, jovens em seus 20 e pouco anos estariam sujeitos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário. Esse padrão etário de mobilidade estaria condicionado, sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Neste sentido, a elevada concentração de jovens entre os migrantes seria explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, assim como pela maior “adaptabilidade” a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem. (OLIVEIRA ; JANNUZZI, 2004, p.4).

O período entre 29 e 39 anos, corresponde a 346 do número total de usuários atendidos; 150 são os usuários na faixa de 40 a 50 anos. As idades entre 51 a 60 anos correspondem a 122 atendimentos.

Os não informados englobam 110 usuários atendidos. Decorrente do fato de alguns usuários registrarem boletim de ocorrência de perda de documentos, para poderem ser atendidos. Diante disso, como muitos deles não lembram sua data de nascimento, estas não podem ser contabilizadas.

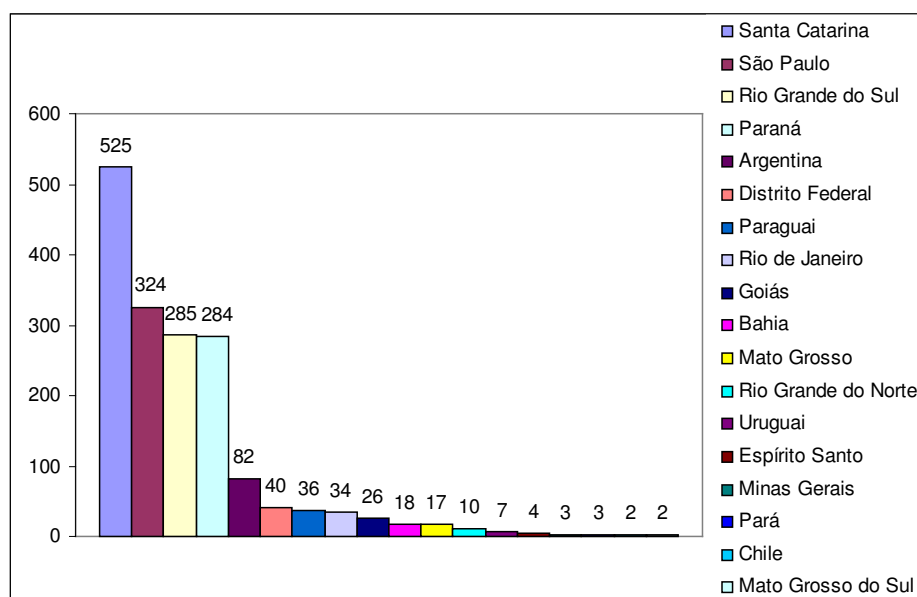
Os atendimentos de usuários na faixa de 13 a 17 anos compreendem 101 do total. Estes usuários tiveram suas fichas registradas e foram orientados a procurar o Conselho Tutelar para realização de atendimento.

Com 80 atendimentos estão os usuários que compreendem a faixa etária de 61 a 70 anos. Com uma porcentagem um pouco menor, localizam-se os usuários acima de 70 anos, compreendendo 76. Por fim, temos 75 atendimentos que compreendem a faixa de 00 a 12 anos.

A idade dos migrantes que buscam emprego é um fator determinante na hora de sua entrada no mercado de trabalho. Além disso, a experiência e qualificação dos mesmos, também são consideradas neste momento. Isso pelo fato de que o mercado de trabalho não absorve jovens sem experiência, mas também não costuma contratar pessoas com mais idade em função de suas fragilidades. Isso é o que ocorre com usuários do NAF-R que migram para Florianópolis em busca de emprego. Grande parte dos jovens não conta com qualificação e experiência; enquanto pessoas com mais idade, que já integraram o mercado de trabalho, são rejeitadas em determinadas áreas, por já não serem tão joviais e produtivas.

É preciso levar em consideração também, que parte considerável dos migrantes com idade entre 51 a 60 anos, ou mais, ruma até o município a fim de realizar tratamento de saúde disponibilizado no mesmo, como será possível observar no gráfico de motivos expressos para a vinda a Florianópolis.

Gráfico 3 - Usuários atendidos pelo NAF-R – Procedência



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

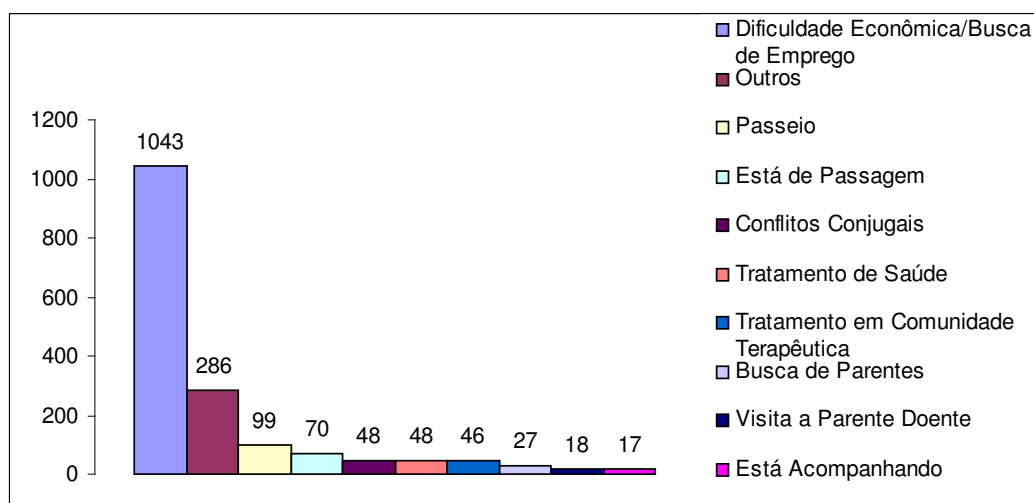
Esse gráfico ilustra a localidade de onde migraram os usuários atendidos pelo NAF-R conforme o período de sistematização das informações. Como é possível observar, o maior número de atendimentos realizados na Instituição, de acordo com o período de sistematização de dados, procede do estado de Santa Catarina. Contudo os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná também são regiões que ganham destaque.

Diante desse quadro, podem-se verificar pessoas advindas de diferentes regiões que, em função das desigualdades regionais, acabam por serem expulsas de seus locais de origem atraindo-se pela cidade de Florianópolis.

Em relação ao número de atendimentos realizados com pessoas de outras nacionalidades, é fundamental deixar claro que estes não são realizados sem que os usuários contenham documentação brasileira. Caso isso não aconteça, estes estrangeiros são orientados a procurar a Polícia Federal, ou quando existente, o consulado de seu País na cidade, para que estes órgãos possam verificar a regularidade da estadia do usuário na cidade, entre outros.

De acordo com a observação nos cadastros de estrangeiros, é possível verificar que muitos migram para a cidade a fim de trabalhar com artesanato; arte corporal como contorcionismo; habilidades manuais com instrumentos, entre outros. No caso de não obterem sucesso, procuram retornar diretamente para seus países ou então para cidades brasileiras que estabelecem fronteira com os mesmos, por já terem escutado de outros usuários que o projeto não atende a solicitações de passagens internacionais.

Gráfico 4 – Usuários atendidos pelo NAF-R - Motivo Expresso para vinda a Florianópolis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R.

Sendo Florianópolis uma região com diversos fatores atrativos, a mesma conta com a considerável vinda de migrantes em busca de emprego e qualidade de vida. Além disso, esta também atrai pessoas que rumam com outros propósitos, como se pode acompanhar no gráfico.

Ocupando o mais expressivo número de motivo para a vinda, temos os migrantes que se deslocam para Florianópolis em função de dificuldades econômicas em seus locais de origem, estando estas diretamente ligadas ao desemprego. De acordo com Singer (1998, p.53): “Estes desempregados que migram, são em sua grande maioria ex-assalariados, diaristas, peões, isto é, constituem um grupo que não possui direitos de propriedade sobre o solo”.

Esse número de migrantes que visam emprego e renda comporta 1.043 do total de atendimentos realizados no período de sistematização dos dados. De acordo com Grazia (2007, p.77):

Com o advento do chamado desemprego estrutural, o antigo e sempre imprescindível exército de reserva não mais admite a mesma rotatividade, nem flutua apenas ao sabores conjunturais. Com o fechamento crescente e definitivo de postos de trabalho, uma grande parcela da população tende a permanecer indefinidamente fora do mercado.

Na variável “outros”, estão contidos os migrantes que já se encontram residindo em Florianópolis ou na grande Florianópolis há mais de cinco anos, sendo estes, considerados pelo Projeto como residentes desta região. Dessa maneira, estes (268 usuários) já instalados há um determinado período de tempo, quando se dirigem ao projeto para solicitação de passagem, são organizados no estatístico, conforme o motivo da vinda, como moradores de Florianópolis e região.

É comum também, usuários que vieram conhecer a ilha e passear na mesma, serem assaltados durante este período, ou então executarem com falha a contabilidade da verba disponível, não conseguindo retornar para sua cidade de origem. Este motivo compreende 99 dos atendimentos realizados no período.

Os usuários que estão de passagem compreendem 70 do total de atendidos. Nesta variável estão localizados usuários que pretendiam chegar a outros destinos e que por motivos, acabaram desembarcando ou então somente tendo acesso à passagem até Florianópolis.

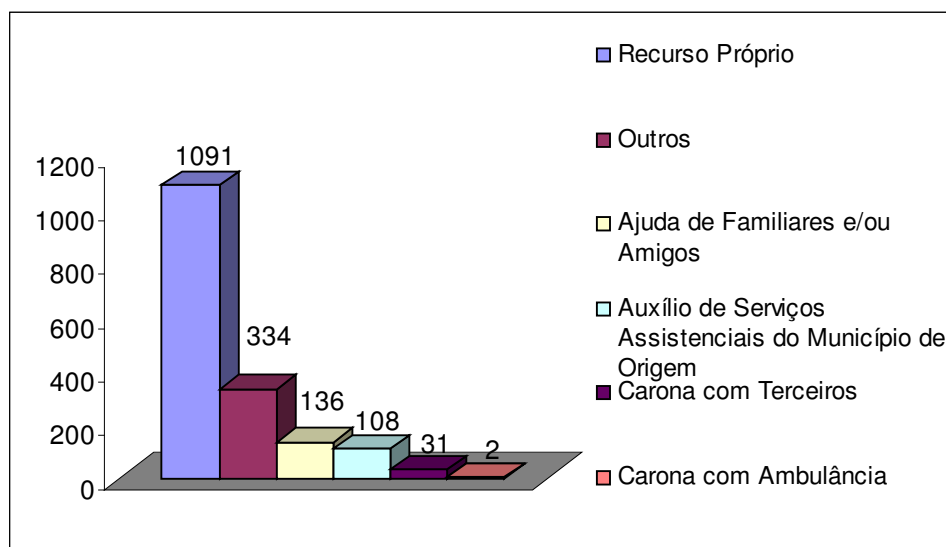
Também procuram o NAF-R, usuários que vieram para Florianópolis em função de conflitos conjugais, tratamento de saúde e tratamento em comunidade terapêutica. De acordo com Oliveira; Jannuzzi (2004, p.5): “A migração por motivos de Saúde exhibe um padrão crescente com a idade, apontando a necessidade de pessoas mais velhas se deslocarem em busca de tratamento, retornando às cidades de origem, de parentes ou mesmo asilos em outras localidades”.

Além desses, usuários que vieram visitar parentes doentes e também que estão acompanhando familiares ou amigos que vieram para a cidade por algum motivo e não tem condições de retornar para seu local de origem, também procuram o benefício junto à Instituição.

Como é possível perceber, a partir da apresentação do gráfico, diversos são os fatores que levam os migrantes atendidos no NAF-R a rumarem para

Florianópolis. Contudo, a variável prevalecente é a dos migrantes que se deslocam em busca de emprego e renda.

Gráfico 5 – Usuários atendidos pelo NAF-R - Custeio do deslocamento para Florianópolis



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

Como é possível observar, a maior parte dos usuários atendidos migra para Florianópolis custeando seu deslocamento. Este custeio acontece, a partir dos termos de solicitação de passagens observados, através da venda de algum pertence, reserva de verba, entre outros.

A variável “outros” está diretamente ligada a também variável “outros”, do gráfico anterior, a qual se refere a usuários residentes em Florianópolis e região. Ou seja, como estes usuários já se encontram instalados, passam a ser considerados “outros” em relação ao custeio do deslocamento para Florianópolis.

Pode-se verificar que a família de alguns usuários migrantes contribui freqüentemente para a vinda do mesmo para o município. Também, foi possível perceber que as famílias contribuem consideravelmente com o custeio da volta do usuário migrante para seu local de origem. Isso ocorre porque, quando tomam a decisão de retorno para sua cidade, os usuários, quando possível procuram retornar

para junto de familiares ou amigos. Retorno este, também orientado pelos critérios já descritos e estipulados pelo Projeto²². Segundo Singer (1988, p.57): “Seria importante considerar que laços de solidariedade familiar, de origem comum etc., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino”.

É comum, como identificado no gráfico, usuários chegarem ao município de Florianópolis através de passagens fornecidas por assistentes sociais de sua cidade ou então da cidade em que permaneceram por algum tempo, como no caso de migrantes que circulam de cidade em cidade em busca de emprego.

Alguns migrantes vindos a Florianópolis, deslocam-se também através de carona, tanto com amigos, quanto com pessoas desconhecidas que se disponibilizam em oferecer condução a estes. Além deste, usuários vindos encaminhados pelos municípios de origem para realização de tratamento de saúde, recorrem à carona com carros disponibilizados pela própria cidade. Estes, mesmo que em pequeno número, solicitaram atendimento no NAF-R na maioria dos casos em função de terem perdido o horário de saída do transporte.

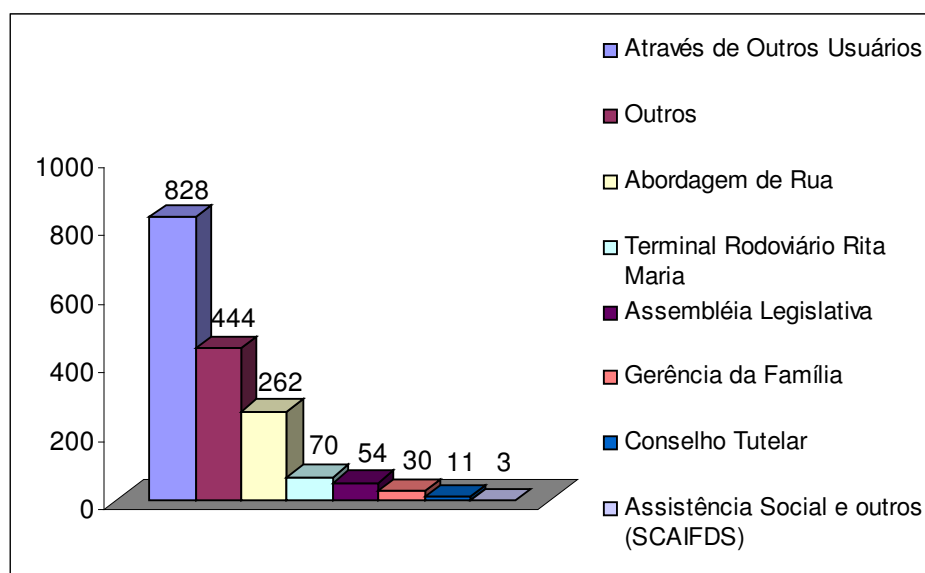
Independentemente da forma de chegada à cidade, fica notório que descontentes com a situação em que se encontram, os usuários recorrem à Assistência Social como forma de solução imediata do problema, ou então recorrem a familiares, caronas, ambulâncias, entre outros, visando seu retorno ao local de origem.

3.2 O ATENDIMENTO NO NAF-R

No segundo bloco, também será utilizado gráficos para ilustrar e melhor visualizar o processo de atendimento realizado ao migrante que chega até o NAF-R. Estes estão organizados em acesso ao serviço, recambiamento por Estados, recambiamento por região de Santa Catarina, atendimentos e recambiamentos realizados.

²² Não contar com familiares na cidade, não ter feito uso do benefício em momentos anteriores, ter mais de 18 anos, fazer uso da passagem para retornar para a cidade de origem ou para onde tenha vínculos familiares. Além destes, a passagem não é fornecida para motivos de passeio, visita de parentes, viagem para assuntos pessoais, procura de emprego, entre outros.

Gráfico 6 - O atendimento no NAF-R - Acesso ao Serviço



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

A demanda atendida no NAF-R pode ser identificada como sendo espontânea (através de outros usuários) ou então derivada de encaminhamentos como se verifica no gráfico acima.

A procura dos usuários pelo projeto, como observado, é realizada na maioria das vezes através de informações transmitidas de usuários para usuários. Ou seja, como muitos dos atendimentos realizados acontecem com migrantes que se encontram em situação de rua, estes em contato com outros na mesma situação, acabam criando uma rede de relacionamento, na qual trocam informações sobre as possibilidades de recursos a serem acessados. Sendo assim, o usuário procura espontaneamente atendimento junto à Instituição.

Alguns desses usuários, também procuram o NAF-R por já terem conhecimento da existência de projetos similares em outras regiões do País. Portanto, quando tomada a decisão de migrar, recorrem a este benefício.

O item “outros”, que ocupa o segundo lugar na escala de acesso ao serviço engloba ONG’s, penitenciárias, associações de bairros, pessoas da sociedade civil, comunidades terapêuticas, hospitais, entre outros, que realizam contato com o NAF-R a fim de solicitar passagem para algum usuário, morador da região, paciente etc., que precisa retornar para sua cidade de origem ou então para algum outro tipo de caso, onde há necessidade de solicitação de passagem.

Outra forma de o usuário ter acesso ao atendimento é através de encaminhamentos realizados por projetos e programas do município, como é o caso da Abordagem de Rua, que encaminha com frequência, usuários abordados nas ruas, para serem atendidos no NAF-R. É comum também, a solicitação de atendimento ao usuário através de gabinetes de vereadores e deputados, onde estes entram em contato com a Instituição, encaminham o usuário para a mesma e o atendimento é normalmente realizado.

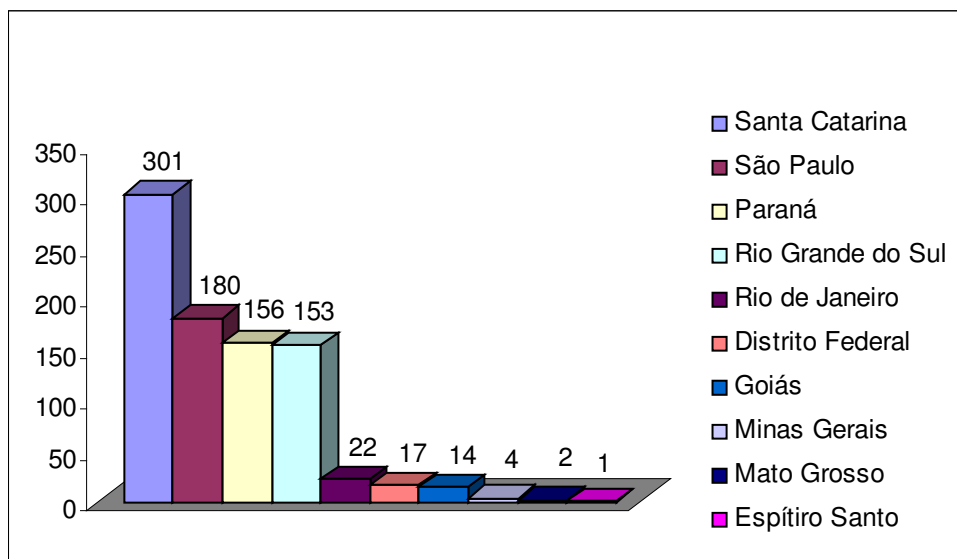
Seguindo, pode ser localizado o item Terminal Rodoviário Rita Maria. Isso pelo fato de muitos dos usuários interessados em viajar e que desconhecem o trabalho realizado pelo Projeto, dirigem-se com frequência aos guichês das empresas de transporte terrestre presentes na rodoviária, solicitando gratuitamente sua passagem de volta. Como as empresas não oferecem este tipo de cortesia, estas então, encaminham os usuários para serem atendidos no NAF-R.

Alguns dos atendimentos realizados na Instituição são provenientes da Assembléia Legislativa, chegando por intermédio de deputados as solicitações para atendimento ao usuário que a eles recorreu, Gerência da Família²³, quando o usuário procura diretamente esta e é encaminhado para o NAF-R, Conselho Tutelar em caso de atendimento à crianças e adolescentes desacompanhados de pais ou responsáveis e Secretaria Social de Assistencial Social²⁴ como um todo, levando em conta todos os programas e projetos a ela pertencentes.

²³ Atualmente Diretoria de Proteção Social de Média Complexidade.

²⁴ Atualmente Secretaria de Assistência Social e Juventude.

Gráfico 7 - O atendimento no NAF-R - Recambiamentos por Estados

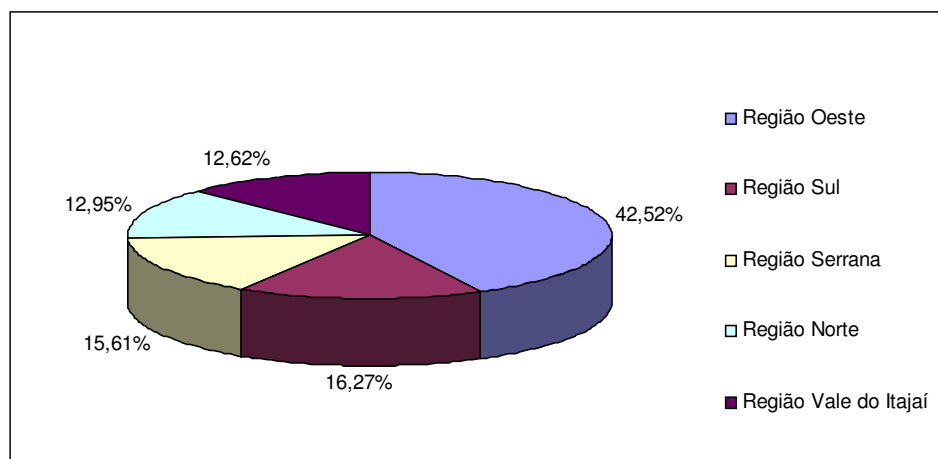


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

Dentre os 1.702 atendimentos realizados na Instituição, apenas 850 fizeram uso do benefício da passagem. Estes recambiamentos ocorreram com mais freqüência para cidades do Estado de Santa Catarina, seguindo o exemplo do número de atendimento, como é possível observar acima.

Conforme o apresentado, os recambiamentos foram realizados para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País. Isso pelo fato de que as passagens destinadas às regiões Norte e Nordeste não são autorizadas. Sendo assim, o usuário que deseja chegar a Estados como Bahia, Maranhão, Pará, entre outros, recebe o benefício até a cidade de São Paulo e é orientado a, assim que chegar à rodoviária local, localizar um Projeto similar presente na mesma a fim de solicitar sua passagem até o destino desejado.

Gráfico 8 - O atendimento no NAF-R - Recambiamento por Região de Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

O gráfico mostra que a região Oeste²⁵ do Estado é a que mais recebe migrantes recambiados pelo NAF-R. Isso ocorre pelo fato de esta ser considerada região que congrega fatores de expulsão, como a ausência de perspectiva de condições de crescimentos futuros dos moradores das pequenas propriedades. Este dado apresentado corrobora com a pesquisa realizada por Miotto (2008), apresentada no primeiro capítulo, onde a mesma identifica que: “A região Oeste do Estado é, historicamente, uma área de expulsão de população. Isso é visto não só pela diminuição da participação de sua população no total do estado, mas pelos saldos migratórios predominantemente negativos que a região apresenta”. (MIOTTO, 2008, p.56)

Contudo, esses migrantes saídos do Oeste, ao chegarem a Florianópolis e seguirem em sua maioria em busca de emprego, deparam-se com as exigências do mercado de trabalho, altos custos de vida, contraste cultural, entre outros, que

²⁵ As regiões de Santa Catarina estão divididas em Região Norte, Sul, Oeste, Serrana e Vale do Itajaí.

exigem do mesmo, o retorno para sua cidade de origem. Além disso, de acordo com Singer (1998, p.47):

Certo número de migrantes, que consegue se inserir no processo de produção urbano, remete parte de seus ganhos aos parentes que permanecem nas áreas em economia de subsistência, reduzindo o volume da demanda efetiva na cidade.

Dessa maneira, como muitos dos migrantes que conseguem inserir-se no mercado de trabalho recebem por seu trabalho valores baixos e até mesmo irrisórios, estes não conseguem se manter na cidade e conseqüentemente não poderão garantir o sustento de sua família no local de origem.

As cidades para onde os migrantes do oeste catarinense foram recambiados, foram as mais diversas. A que lidera, conta com 37 recambiados, sendo esta a cidade de Chapecó. É válido considerar que esta é uma cidade com destaque na exportação de alimentos industrializados, e produção de equipamentos para frigoríficos.

Contudo, a mesma não supri a demanda de trabalhadores que aguarda para a entrada no mercado de trabalho. Além disso, para as áreas onde existe disponibilidade de emprego, é necessário por parte do trabalhador, níveis avançados de conhecimento e estudo, quesitos estes, não preenchidos por boa parte da parcela de população atendida que migra em busca de emprego.

Outras cidades do oeste também fazem parte das que receberam usuários recambiados pelo NAF-R. Entre elas, Caçador (19 usuários) Xanxerê (18 usuários), São Miguel D'oeste (11 usuários), Xaxim (9 usuários) Ponte Serrada e Videira (6 usuários cada), Campos Novos e Dionísio Cerqueira (5 usuários cada), Capinzal, Galvão e Pinhalzinho (2 usuários cada), Catanduvas, Fraiburgo, Joaçaba, Modelo, Palmitos e Santa Cecília (1 usuário cada). Em relação ao Oeste catarinense, Mioto (2008, p.58) coloca que:

Ademais da saída da população dos pequenos municípios percebe-se também uma incapacidade dos pólos sub-regionais absorverem a maior parte dos migrantes. Desta forma, configura-se um forte movimento com migrações de maior distância, principalmente em direção ao litoral do estado.

Seguindo, temos a região Sul. Esta conta com a cidade de Criciúma como pólo de atração, é uma das que mais recebe usuários recambiados pelo NAF-R.

Segundo Miotto (2008, p.67): “[...] o Sul é uma região economicamente diversificada com uma aglomeração urbana situada ao redor do município de Criciúma”. Sendo assim, a cidade de Criciúma recebeu 17 usuários, enquanto Tubarão recebeu 11, Araranguá e Laguna sete, Garopaba quatro e Imbituba três dos usuários recambiados pelo NAF-R.

Em relação à região Serrana, esta também corrobora com dados analisados por Miotto (2008, p.58), quando a mesma coloca que: “Sua área urbana, com a centralidade em Lages, tem pouca capacidade de absorção da população [...]”. Isso se confirma dentro do NAF-R, visto que a cidade de Lages recebeu no período de sistematização de dados 35 usuários recambiados, enquanto São Joaquim recebeu nove, Urubici dois e Bom Retiro um usuário.

As cidades da região Serrana colocam à vista o forte subterfúgio de suas áreas rurais, principalmente na cidade de Lages. Isso é possível ser observado no relato de uma usuária recambiada pelo NAF-R para a cidade. A usuária L.G.T. diz ter vindo há três meses de Lages para Florianópolis em busca de uma vida melhor, emprego e renda, juntamente com seu filho de sete anos, visto que na região estava sem expectativas. Contudo, sem sucesso com sua vinda para o município de Florianópolis, precisou retornar.

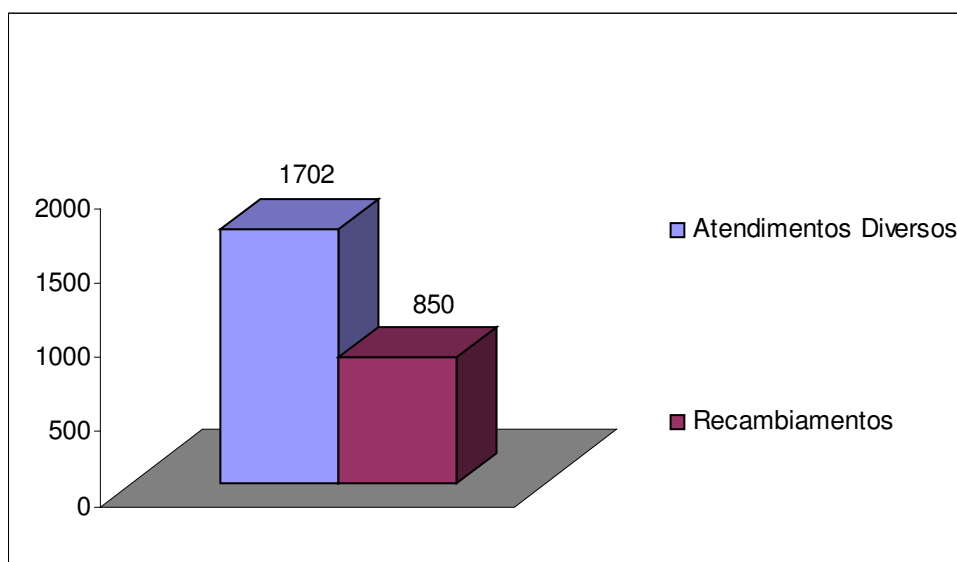
A região Norte conta com o município de Porto União como sendo o que mais recebe usuários recambiados pelo NAF-R, totalizando 13 usuários no período estipulado para a sistematização dos dados. Seguindo, temos as cidades de Joinville (8 usuários), Canoinhas e São Bento do Sul (6 usuários), Jaraguá do Sul (4 usuários) e Mafra (2 usuários).

A região norte por ser industrializada e desenvolvida, conta com setores que proporcionam um elevado número de postos de trabalhos. (MIOTTO, 2008). Diante disso, torna-se claro a redução do volume do número de migrantes recambiados para a região Norte do estado, diferente da região Oeste.

A região do Vale do Itajaí é a que menos se destaca em relação ao número de migrantes recambiado pelo NAF-R. As cidades do Vale para onde foram recambiados usuários são: Balneário Camboriú (16 usuários); Brusque (9 usuários); Itajaí (6 usuários); Blumenau (4 usuários); Itapema (2 usuários), e Pomerode (1 usuário). O maior número de concentração populacional desta região está localizado, de acordo com Miotto (2008) próximo à região de Blumenau, compondo esta, um eixo da concentração populacional.

Diante da ilustração do gráfico e informações que acompanham o mesmo, é possível verificar que as regiões para as quais são realizados os maiores números de recambiamentos pelo Projeto NAF-R, são as regiões com maior concentração de desigualdades regionais, fatores de expulsão e conseqüentemente maior evasão de população, corroborando com a pesquisa já apresentada de Miotto (2008), que localiza nestas regiões as maiores taxas negativas de migração.

Gráfico 9 - O atendimento no NAF-R - Atendimento e Recambiamentos Realizados no NAF- R



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

Durante o período estipulado para sistematização dos dados, como pode ser observado no gráfico acima, o número de usuários recambiados, mesmo que próximo, não chega a alcançar a metade do número de usuários atendidos.

Isso acontece em função de como em qualquer Projeto Social, o NAF-R também conta para a concessão do benefício, com a aprovação da situação do usuário a partir de determinados critérios.

As principais demandas apresentadas pelos usuários do projeto relacionado a vinda destes para Florianópolis são:

- falta de oportunidades de emprego e perspectivas de melhores condições de vida em suas cidades de origem;
- falta de oportunidades no campo e na agricultura;
- tratamento de saúde ou em comunidade terapêutica.

Já, as principais demandas apresentadas pelos usuários do projeto relacionadas ao interesse de sua volta para o local de origem são:

- dificuldade de entrada no mercado de trabalho pela falta de qualificação profissional;
- situação de rua e/ou vulnerabilidade social;
- “dificuldade pessoais” e de integração vinculadas a questões como uso de álcool e entorpecentes e conflitos no relacionamento;
- desilusão com as facilidades que sonhavam encontrar em Florianópolis;
- fim das possibilidades de trabalho com o término da temporada de verão.

O número de procura dos usuários ao projeto acontece com maior intensidade nos meses que sucedem a temporada de verão. Isso em função de muitos migrantes dirigirem-se à mesma visto ser esta, uma cidade turística e contar com a imagem de “Ilha da Magia”, além dos empregos temporários disponíveis nesta época. Sendo assim, os meses de maior número de atendimento no ano de 2008 foram respectivamente os meses de março, com 277, e abril, com 216 atendimentos.

O número de migrantes atendidos, quando findada a temporada de veraneio, aumenta consideravelmente. Ganham destaque, atendimentos aos migrantes estrangeiros que utilizam o artesanato como fonte principal de renda, paranaenses que aproveitam a época para migrarem até regiões litorâneas onde se explora muito o comércio, rio grandenses do sul, catarinenses entre outros usuários de diversas regiões. Fazendo-se confirmar a ampliação de migração para a região de Florianópolis nos períodos de novembro a março, onde as praias, a natureza e conseqüentemente a abertura de vagas de trabalho são os principais atrativos.

3.3 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS

As informações sistematizadas, a partir dos cadastros dos usuários contidos no arquivo institucional, colocam algumas questões que merecem ser destacadas. Dentre elas, chamam-nos atenção a migração na Política de Assistência Social, o envolvimento e responsabilização da família em relação ao usuário migrante, os fatores de expulsão de determinadas regiões, entre outros relacionados às informações e dados expostos.

Em termos gerais, o perfil do usuário atendido no NAF-R caracteriza-se como sendo do trabalhador expulso de sua cidade de origem em função das desigualdades regionais e condições estruturais impostas a este, tendo o desemprego como foco central.

Essas desigualdades ganham destaque em Santa Catarina, estado que mais recebeu usuários recambiados pelo NAF-R, em função, segundo Miotto (2008), de sua formação histórica e dinâmica socioeconômica atual. Ou seja, os processos de desenvolvimento e industrialização ocorridos no Estado, concentraram em algumas e poucas regiões, renda e abertura para o mercado de trabalho tanto no setor público como no privado.

Sendo assim, os dados referentes aos migrantes atendidos na política de assistência do município de Florianópolis apontam para a necessidade e atenção que deve ser destinada a esta população não apenas em âmbito municipal, mas também estadual, nacional e de forma global, pois como observado, são atendidos pelo NAF-R, em grande maioria migrantes do Estado. Contudo outros advindos de diversas regiões também são localizados em situação de vulnerabilidade na cidade.

Frente a isso, a realidade do usuário migrante considerada como sendo de ordem estrutural, recebe atendimento compensatório por parte das políticas de assistência social. É importante ressaltar que este atendimento é de fundamental importância, visto a situação de extrema vulnerabilidade em que o usuário se encontra, contudo, esta, não deixa de reproduzir a busca pela família como fonte de proteção para o usuário.

Como já mencionado, Florianópolis é uma cidade bastante visada por suas belezas, atrativos turísticos, qualidade de vida, entre outros, assim, atrai grande quantidade de migrantes. Entretanto, considerável número destes, compreende usuários com baixa escolaridade, baixa qualificação, pouco conhecimento a respeito da cidade e sua cultura, além de muitos, saídos de áreas rurais para áreas urbanas. Segundo Singer (1998, p.57):

Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo.

Essa população desloca-se em função da existência de desigualdades regionais e fatores estruturais como falta de perspectiva no local de origem, exploração da mão-de-obra, desemprego, enfim, condições impostas para a manutenção do capitalismo.

Quando a fome, o desemprego, os baixos níveis de saúde, a fraca escolaridade, a precariedade de habitações, etc, problemas sociais de grande relevância, passam a aumentar em grande escala tanto no meio rural como no urbano, acaba sendo impossível dissociá-los como resposta da reprodução do capital. Assim sendo, o movimento de população passa a estar mais vinculado a uma expulsão do homem tanto do campo como da cidade do que a um incremento da “oferta de empregos” em determinada etapa do processo migratório. (ROSSINI 1986, p. 577).

A afirmação realizada por Rossini ilustra os fatores de expulsão discutidos por Singer (1998), em que o mesmo aponta que os fatores de expulsão determinam as áreas de onde partirão os fluxos migratórios.

Sendo assim, estes migrantes ao chegarem à cidade, deparam-se com situação semelhante ou então pior a que se encontravam, recorrem às Políticas de Assistência Social ou então à sua família²⁶ para tentar tanto o retorno quando em alguns casos, a permanência na cidade. De acordo com Carvalho (2002, p.18): “[...] a família retoma um lugar de destaque na política social. Ela é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma “miniprestadora” de serviços de proteção e inclusão social”. Ou seja, como é considerada fonte atuante quando relacionada com a proteção social, também precisa de proteção.

Frente à realidade do migrante em situação de vulnerabilidade, submetido e exposto a todo tipo de exploração, que muitas vezes nem recorrendo a serviços públicos é acolhido, cabe trazer Grazia (2007, p.76), quando esta apresenta em seu texto uma citação cabível a condição destes migrantes, dizendo que:

Do trabalho formal ao trabalho assalariado sem registro em carteira...daí para serviços temporários...’bicos’ esporádicos, (em atividades lícitas ou ilícitas)...e finalmente, a necessidade de recorrer aos programas sociais governamentais, buscar ajuda em igrejas, Ongs, ou ainda depender da solidariedade de vizinhos e da caridade alheia.

²⁶ Aqui o termo de família é utilizado a partir da definição da ONU (1994) onde considera-se que: “Família é a gente com quem se conta”.

O sistema de Proteção Social, desenvolvido no contexto do capitalismo e a partir do agravamento da questão social e da luta dos trabalhadores, não se desenvolveu de forma plena no Estado brasileiro. Este sistema de acordo com Draibe (2004 apud Goldani, 2004) caracterizou-se como “incompleto, frágil, incapaz de afetar positiva e significativamente os indicadores de desigualdades e exclusão social”.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, LOAS, o Estatuto do Idoso, o Sistema Único de Saúde, SUAS, entre outros colocam a família como instituição a ser protegida. Entretanto, fica notório que esta proteção não é assegurada por parte do Estado, ficando as próprias famílias incumbidas de zelar por seus entes e a eles proteger. Isso pelo fato de evidenciar a família como primeira cuidadora de seus entes. Mesmo com os avanços da CF/88, verifica-se que cabe à família o dever de prover a proteção, e ao Estado fornecer a provisão pública para quem não é capaz de assegurar sua manutenção ou de tê-la provida pela sua família.

Essa é uma realidade presente na trajetória do usuário migrante que recorre ao NAF-R, pois sem emprego, sem condições de prover-se no município e sem perspectivas de crescimento no mesmo, recorre à Assistência Social a fim de retornar para sua cidade de origem ou então para onde conte com familiares buscando a proteção dos mesmos, visto a insuficiência das políticas públicas de atendimento ao migrante e população em situação de rua, dentro do município de Florianópolis. “A ausência de uma política de assistência, claramente formulada, no campo do social, pode ser observada na dispersividade e multiplicidade de ações institucionais e em seu caráter pontual e emergencial” (YASBEK, 2007, p.52).

A atuação do Estado em relação a responsabilizar a família e atuar de forma irrisória, pode ser caracterizada como de ordem familista, ou seja: “[...] deve ser entendida como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social”. (CAMPOS&MIOTO, 2003, p.170). Ainda, conforme afirmação das mesmas:

Tomando como parâmetro os diferentes lugares que a família ocupa nos sistemas de proteção social e relacionando-se à situação brasileira, tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais a ela dirigidos dentro do nosso sistema de proteção social – especialmente na política de assistência

social – é possível afirmar que no país temos uma orientação eminentemente “familista”. (ibid, p.181).

A orientação familista, é dentre tantas, mais uma representação da redução e recuo do Estado frente a sociedade e suas necessidades. As ações do Estado e das Políticas Sociais, conforme Yasbek (2004) servem para complementar o que não pode ser suprido através da família, do mercado, e da comunidade. Sendo assim, mesmo com avanços na garantia de direitos como a Constituição Federal de 1988, as Políticas Sociais e os direitos assegurados não estão sendo efetivados como previstos.

Diante da ideologia neoliberal, que se contrapõe aos modelos de proteção social mais abrangente, o Estado é retraído de suas obrigações, tornando-se mínimo para investimentos na esfera social. Isto se torna claro em um país como o Brasil, que nunca teve um verdadeiro Estado de Bem Estar Social. O fato é que as políticas sociais são parciais, fragmentadas e focalizadas, atendendo apenas a população mais vulnerável.

Como exposto na introdução deste, a migração, os migrantes em situação de vulnerabilidade social e as demandas apresentadas por estes, caracterizam algumas das expressões, ou conforme lamamoto (2004), algumas roupagens da Questão Social que tem se colocado cada vez de forma mais ampla e complexa diante do sistema em vigor.

A população atendida no Núcleo de Apoio à Família, compreende em sua maioria a população subalternizada, que sofre com a ausência do Estado e não garantia dos direitos. São pessoas, em sua grande maioria, com pouca qualificação, baixo grau de escolaridade e que se deparam com os mesmos conflitos encontrados em sua cidade de origem, que estimularam a migração.

Diante disso, os usuários que procuram o NAF-R somam-se a população de estoque de força sobrando, não encontrando lugar no mercado de trabalho. Segundo lamamoto (2007, p.32):

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho atualmente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc.

Continuando, “Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários” (IMAMOTO, 2007, p.33).

Essa população esta inserida nas necessidades do sistema capitalista, que além de contribuir para a saturação do mercado e mão-de-obra sobrante, precisa desta para sua manutenção e exploração da mais valia.

Frente à questão social, que se evidencia como o conjunto de desigualdades construídas e reproduzidas na sociedade capitalista, coloca-se ao assistente social o desafio de atuar na defesa dos direitos sociais, visando à garantia da cidadania, busca pelo fortalecimento das instituições democráticas que considerem o indivíduo como sujeito de sua história e conhecedor de sua realidade, buscando o profissional também, a aproximação com esta realidade, tornando possível o desenvolvimento de uma sociedade e dos indivíduos que nela habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o nosso objeto de estudo, a partir do estágio curricular realizado no Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário, trazendo a migração como expressão da Questão Social, foi algo desafiador. Ao mesmo tempo, em que os processos migratórios vistos como expressão da questão social inserem-se no campo do debate cotidiano do Serviço Social, exigiu a apropriação de uma discussão bastante estruturada sobre o tema em outras áreas do conhecimento e pouco articulada no Serviço Social. No entanto, a partir desse esforço inicial foram possíveis algumas aproximações importantes para pensar e repensar o cotidiano profissional nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, particularmente do NAF-R, que se ocupa basicamente da população migrante.

Diante disso, é possível destacar a importância da realização do estudo e reflexão a cerca do processo migratório e seu marco teórico conceitual, abordando a teoria de Paul Singer, analisando as desigualdades regionais, fatores de expulsão e fatores de atração. Isso pelo fato que, a partir destas, pudemos compreender a realidade vivenciada pelos usuários migrantes, a qual ultrapassa a simples vontade pelo ato de migrar. Assim, integram o seu contexto, fatores e imposições que levam os mesmos a estarem realizando muitas vezes contínuos deslocamentos. Essa compreensão mostrou-se fundamental para a sistematização e as análises de dados apresentadas neste trabalho, bem como respondeu a muitos questionamentos que nos acompanharam na realização do estágio curricular.

Dessa forma, o estudo realizado sobre o atendimento ao usuário migrante do NAF-R, nos mostrou entre outros, o caráter compensatório de atuação da Política de Assistência Social frente à população migrante e a ausência de perspectivas para o atendimento de seus usuários, no conjunto das políticas públicas do estado de Santa Catarina. Além disso, permitiu visualizar conforme Miotto (2008 a), a lógica de

apelo e responsabilização da família, presente na política social brasileira, pois é a ela, que se recorre sempre para arcar com o ônus da proteção social.

Diante disso, fica clara a necessidade de encaminhamentos relacionados a uma política global de geração de emprego e renda, evitando que o migrante desloque-se em função das desigualdades regionais, pois estas desigualdades e fatores de expulsão, tanto de mudança quanto de estagnação, permanecerão no local de onde eles migraram, ocasionando este mesmo processo no cotidiano de outras pessoas, e sendo enfrentados novamente a partir do retorno deste usuário.

A realidade aponta também para a deficiência em relação à articulação entre instituições públicas e os serviços sociais por elas prestados, sendo estes desenvolvidos muitas vezes de forma isolada e paliativa. Somando, verifica-se que algumas instituições desconhecem a realidade do usuário por ela atendido, havendo necessidade de uma melhor estruturação e articulação entre os serviços oferecidos.

Em relação ao profissional de serviço social, que atua direta e cotidianamente com as mais diversas expressões da Questão Social, faz-se necessário por parte do mesmo, capacitação para atendimento destas demandas. Além, de atuar de forma a não se fazer como guia da vida do usuário, mas sim garantidor da manutenção dos direitos dos mesmos, buscando compreender a realidade em que o mesmo está inserido.

Diante da realidade da pobreza, da exclusão e da subalternidade, o assistencial tem limites muito claros. A precariedade (quantitativa e qualitativa) das condições de vida daqueles que constituem o alvo das ações assistenciais e o caráter cumulativo de sua exclusão evidenciam que reverter esse processo exige profundas modificações não apenas no conjunto das políticas públicas, mas na própria estruturação da sociedade. (YASBEK, 2007, p.59).

Em consonância, é fundamental por parte do profissional o contato e a compreensão a respeito de seu objeto de trabalho, visando uma ação articulada e condizente com as demandas apresentadas pelo mesmo.

Finalizando, destacamos aqui a importância de uma base de dados elaborada referente aos usuários e as demandas apresentadas pelos mesmos, durante a solicitação de atendimento em um projeto, como foi possível encontrar no NAF-R. Isso pelo fato de esta alimentação de dados servir como subsídio para estudos, análises e quando possível, formulação de novos projetos tanto no campo da política social como também, a nível de estudos, pesquisas, entre outros.

A partir da sistematização e discussão dos dados referentes ao NAF-R e seus usuários, espera-se que as reflexões obtidas com este trabalho possam contribuir para aproximação de temáticas relacionadas aos processos migratórios no Serviço Social. Bem como, para o enriquecimento do debate teórico-metodológico da profissão, familiarizando a categoria ao tema, visando participação da mesma na elaboração de políticas voltadas aos migrantes e as demandas por eles apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P. A. **O Movimento Demográfico do Oeste-catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração**. 2006. 78 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANTONGIOVANI, Lídia. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/consnac/ocupa/procurb/pmigra/apresent.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

AZEVEDO, B. R.Z. O Setor informal. In: ALMEIDA, Pedro F.C (Coord.). **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990 (Tomo 1). p.164-196.

BAENINGER, R. **Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços de Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo de 2000**. São Paulo. UNICAMP/NEPO. 2002.

_____. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. São Paulo. NEPO-UNICAMP. 2002.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8742 de 07 de julho de 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 2005.

CAMPOS, M. S. & MIOTO, R.C.T. **Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira**. Revista Ser Social. Brasília: UNB, N ° 12 jan.-junho, 2003, p. 165–190

CARNEIRO, C. B. L. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção.** São Paulo, v. 84, p. 66-90, 2005.

CARVALHO, M.C.B. **O lugar da família na Política Social.** In: A família Contemporânea em debate. São Paulo: EDUC. Cortez, 2002. p. 15-22.

DIEGUES JR, M. **Imigração, urbanização e industrialização..** Rio de Janeiro (RJ): MEC/INEP, 1964.

FRAGA, Shirley Terezinha. **A Migração de Trabalhadores (as) do Oeste e sua Inserção no Processo de Precarização do Trabalho em Florianópolis.** 2006. 56f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FRANZONI, Leyla Cristina Corrêa. **A Repercussão da Campanha “Quem dá Esmola não dá Futuro” na Cidade de Florianópolis.** 2002. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FLORIANÓPOLIS. **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.** Secretaria da Criança, Adolescente, idoso, Família e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2006.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria da criança, adolescente, idoso, família e desenvolvimento social. **Projeto Núcleo de Apoio à Família – Rodoviário (NAF-R).** Florianópolis, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. (3ª tiragem, 1995) 207p. ISBN 8522410410 : (broch.)

GRAZIA, G. R. de. De trabalhador a pedinte. **Revista Katálysis**, Florianópolis , v. 10, n.1 , p. 75-85, jan./jun.2007.

GOLDANI, A.M. **Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem estar:** por que se deve repensar essa relação para Brasil? Campinas/SP, UNICAMP – Núcleo de Estudos Populacionais – NEPO. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/GoldaniAnaMariaCapitulo7.pdf>. Acesso em: 04 nov.2009.

IAMAMOTO, M. V. O trabalho do Assistente Social frente à mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em Serviço Social: **Módulo 1:**

Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 112-126.

_____ **A questão social no capitalismo.** In: **TEMPORALIS.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. Ano 2, nº3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

_____ **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11ª ed. - São Paulo, Cortez, 2007.
KISNERMAM, Natálio. **Temas de serviço social.** Tradução de Margarida L. Pizante. São Paulo; Cortez e Moraes, 1976.

MATOS, R.E.S. **A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.19, n. 1, p.49-72, 2002.

MENEGHETTI NETO, Al.. **A concentração Urbana: Explicações do Processo.** 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) Curso de Pós-Graduação em Economia, UFRGS, Porto Alegre-RS.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Liminar do Século XXI.** 2008. 85 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MIOTO, R. C. T. **Família e Políticas Social.** In: BOSCHETTI, I. et al. *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.* São Paulo: Cortez – CAPES, 2008. P. 130-148. a.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

OLIVEIRA, F. K. & JANNUZZI, M. P. **Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino.** Brasil, 2004.

PATARRA, N. P. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Textos para Discussão Ence,** Rio de Janeiro, v.7, p. 18, 2003.

PORTO, Karina. **O atendimento das assistentes sociais do programa de orientação e apoio sócio-familiar (POASF) de Florianópolis na perspectiva das famílias usuárias.** 2008. 97f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

REIS, Priscila Gomes. **Migração, turismo e qualidade de vida em Florianópolis: a abordagem da mídia escrita no período de 1997 a 2006.** 2007. 96f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ROSSINI, R. E. . **A Migração como Expressão da Crescente Sujeição do Trabalho ao Capital..** In: V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS. ABEP, 1986, Águas de São Pedro. ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS. ABEP. AGUAS DE SAO PEDRO - SP, 1986. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A01.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

SANTOS, S. C. dos. **Nova historia de Santa Catarina.** [Florianópolis: Ed. do Autor], 1974. 124p.

SANTOS, S. M. **A Implementação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Florianópolis: A efetivação do Sistema Único de Assistência Social no campo da Proteção Social.** 2007, 174 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SARMENTO, H. B. M. Repensando **os Instrumentos em Serviço Social.** In: STOKINGER, Silvia da Costa (org). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social.** V.I, Belém, Ed. Amazônia/ UFPA, 2005, pp. 06-48.

SCHERER-WARREN, I. & LÜCHMANN, L. H. H. **Desenvolvimento urbano e organizações populares em Florianópolis.** In: Brasilmar Ferreira Nunes (org.), Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano. Brasília, Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, M. A. M. **Contribuições metodológicas para a análise das migrações.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO : NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, São Paulo. 2007. 57-68.

SIMÕES, C. **Curso de direito do Serviço Social.** (Biblioteca Básica do Serviço Social). 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO : NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, 1999 abr. 19-25, São Paulo, SP ; HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da . **Coletânea de textos do Simpósio Internacional Migração : nação, lugar e dinâmicas territoriais.** São Paulo (SP): Humanitas, 2007. 463p.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, p.1998.

SOARES, L.T, **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, I. de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

VICCARI, Salete. **Entre as Exigências Sociais e o Assistencialismo: a dinâmica do projeto NAF-Rodoviário**. 2008. 103 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

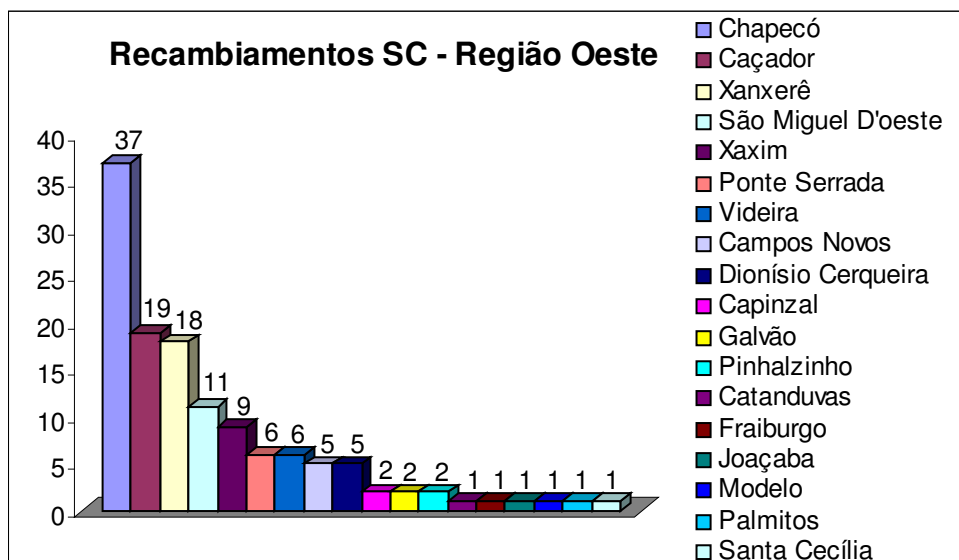
VICENTE, Ana Paula Medeiros e Silva. **O Perfil e as Demandas do Usuário do Projeto Sócio-Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis**. 2005. 85 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2005

YAZBEK, M. C. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. In: TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. Ano 2, nº3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

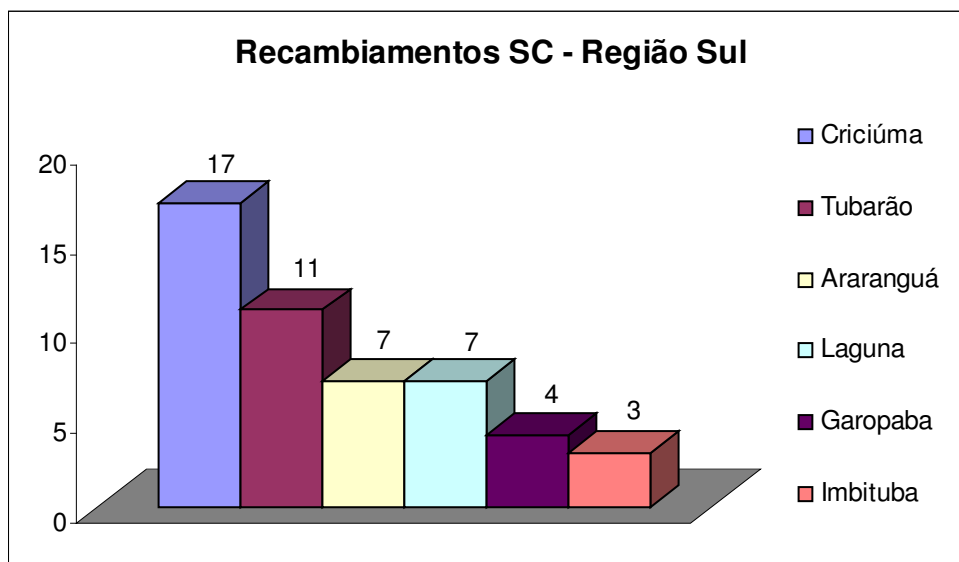
_____. **Classes subalternas e assistência social**. 6ª ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE

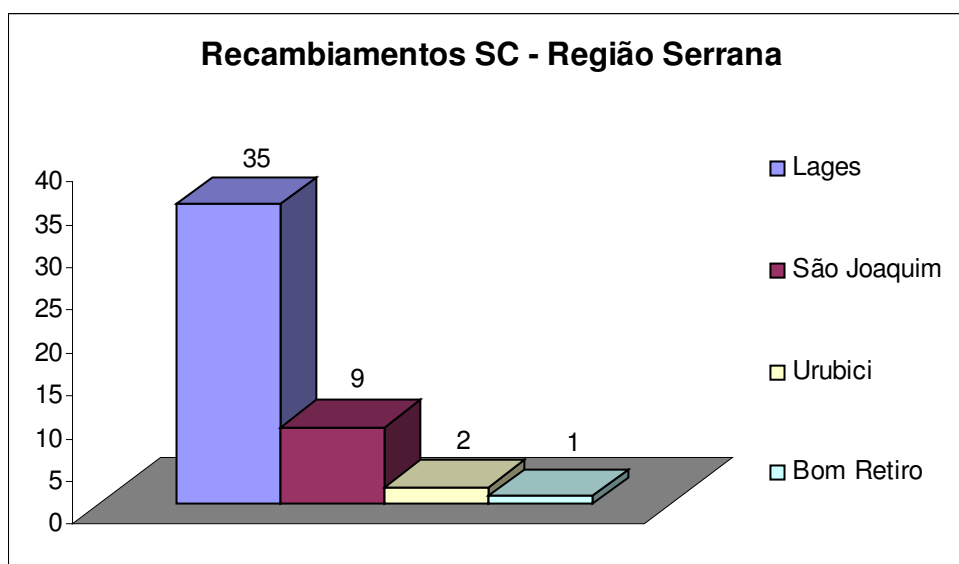
APÊNDICE A – Gráficos de recambiamentos realizados pelo NAF-R por regiões do estado de Santa Catarina.



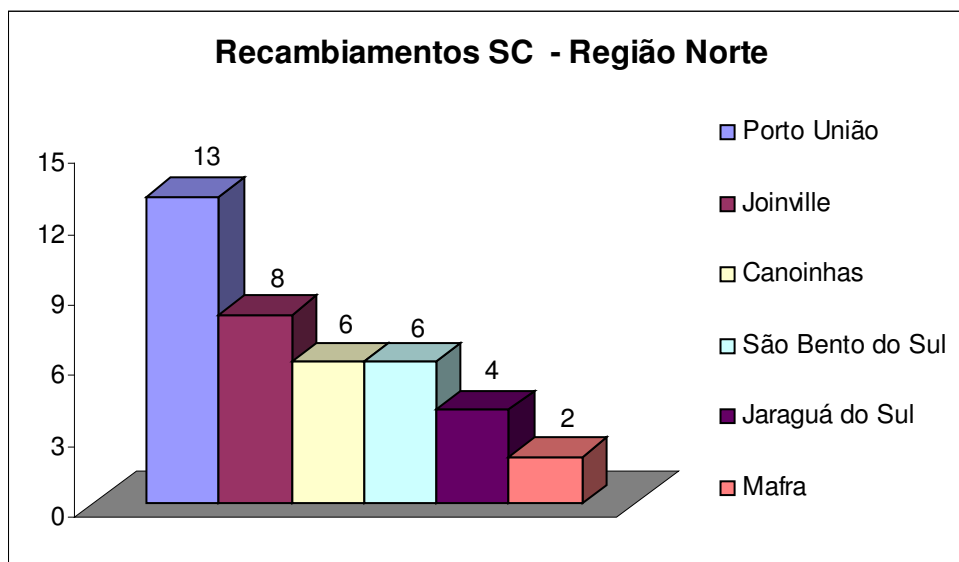
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R



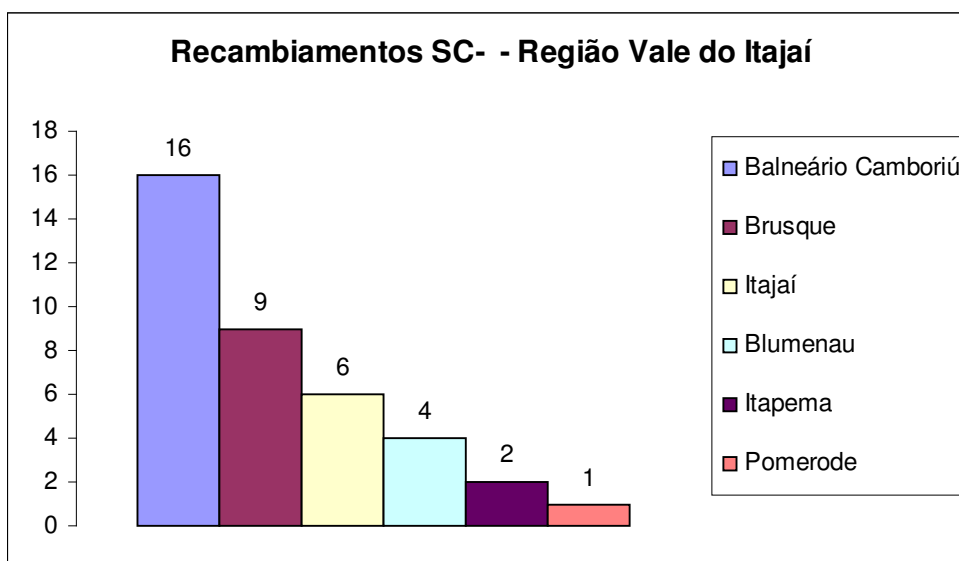
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estatístico de Janeiro a Outubro de 2008 do NAF-R

ANEXO A

ANEXO B